



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – MESTRADO
PROFISSIONAL**

KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA DINIZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO
PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM
VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA**

**TERESINA- PI
2019**

KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA DINIZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO
PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM
VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão pública para desenvolvimento regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos.

**TERESINA – PI
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

D585p Diniz, Karolina Nogueira Mendonça.
Políticas públicas na educação: análise dos resultados do PNAES para a permanência e êxito do estudante em vulnerabilidade social do IFPI – *Campus Parnaíba* / Karolina Nogueira Mendonça Diniz. -- 2019.
94 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos.”

1. Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2. Assistência estudantil. 3. Evasão escolar - IFPI. 4. Rendimento acadêmico – Aprovação e êxito. I. Título.

CDD. 658

KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA DINIZ

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO
PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM
VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.


Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos.

Aprovado em 10 de dezembro de 2019.

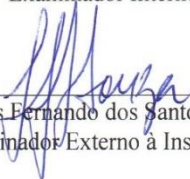
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha (UFPI)
Examinador Interno



Prof. Dr. Luis Fernando dos Santos Souza (IFPI)
Examinador Externo à Instituição

AGRADECIMENTOS

A Deus sobre todas as coisas!

Realizar esta pesquisa me possibilitou conhecer e conviver com pessoas que estarão para sempre em minha memória. Pessoas tão queridas tiveram participação para a concretização desse trabalho, lembro-me de cada uma delas! Deixo registrado o meu mais sincero agradecimento àqueles que tornaram esse trabalho possível:

Ao meu professor orientador Dr. Nelson Juliano Cardoso, por todo zelo, cuidado e atenção manifestados ao longo dessa pesquisa;

Aos professores Dr. João Hipólito e Dr. Luís Fernando Souza que acolheram gentilmente o meu convite em compor minha banca de qualificação, certamente as observações e sugestões proporcionaram mais enriquecimento para a construção dessa pesquisa;

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação (mestrado), em Gestão Pública pela coletividade e amizade empreendida, e de um modo especial à Janaína Galeno pela parceria e apoio nessa jornada;

À Dona Bete, por cuidar tão bem do meu filho;

Aos amigos de trabalho, em especial à Clefra, Erotides e Gilmar pelo carinho, amizade e pelas palavras de incentivo.

Aos que amo:

Aos meus pais Neilde (in memoriam) e Walter, pelo dom da vida;

Aos meus amores Bráulio, pela torcida, encorajamento, disponibilidade... e Matias, meu Raio de Sol! Como amo vocês!

À minha adorada Vozinha, a quem tenho uma profunda admiração pela retidão e coragem! Sem os seus cuidados, eu não teria chegado onde estou, nem tampouco teria acreditado nos meus sonhos! Obrigada por cuidar de nós e por nos abrigar em sua casa!!!

Aos meus irmãos Katarina, Alisson e Anderson por todo amor compartilhado;

À tia Nezilda pelas constantes orações;

Aos amigos, em especial às amigas-irmãs Alê, Jairane, Virgiane e Ana Teresa por entenderem que me fiz ausente em muitos momentos. Obrigada pela amizade, pelo carinho e compreensão;

À D. Antinéia, minha sogra querida, por me encorajar e incentivar a prosseguir em meus estudos.

Kleist tem muita razão: “O saber não nos torna melhores nem mais felizes”. Mas a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas (Edgar Morin, 2003).

DINIZ, Karolina Nogueira Mendonça. **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Mestrado Profissional em Gestão Pública. Teresina (PI), 2019.

RESUMO

O presente trabalho pretende avaliar como o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – Benefício Permanente, previsto na Política de Assistência Estudantil do IFPI - POLAE, repercute no acesso, permanência e êxito no percurso formativo dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio na forma integrada do Campus Parnaíba. Os objetivos específicos pautaram-se na contextualização do processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPI e sua materialização no Campus Parnaíba-PI; e proposição de estratégias que possibilitem melhor desempenho acadêmico bem como monitoramento e controle à evasão e reprovação escolar. Trata-se de um estudo no qual os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com abordagem quantitativa afim de correlacionar os indicadores educacionais (aprovação, reprovação e evasão) dos estudantes beneficiários do Benefício Permanente no período de 2015 a 2018. As análises de dados foram norteadas a partir do referencial teórico contando com a utilização de *software* de planilha eletrônica Excel 2010. Conclui-se que os índices de aprovação são maiores em relação aos índices de reprovação e evasão entre estudantes beneficiários do Benefício Permanente, infere-se que o referido benefício garante o êxito acadêmico; observou-se uma flutuação com relação às taxas de evasão, os anos com índices elevados desse fenômeno foram observados no período de 2015 e 2016, já as taxas de reprovação entre estudantes beneficiários do Benefício Permanente são maiores que as taxas de evasão. Recomenda-se, portanto, um acompanhamento integral dos estudantes pela equipe interdisciplinar, identificando as principais dificuldades enfrentadas no ambiente educacional, e que sejam adotadas institucionalmente medidas como forma de pacificar essas taxas. Sugere-se também, estudos com abordagem qualitativa no tocante ao acompanhamento e concepção do estudante beneficiário, apontando o significado que o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social tem para a permanência e êxito acadêmico.

Palavras – Chave: PNAES. Assistência Estudantil. Evasão. Reprovação e êxito acadêmico.

DINIZ, Karolina Nogueira Mendonça. **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PNAES PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO IFPI – CAMPUS PARNAÍBA.** Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Mestrado Profissional em Gestão Pública. Teresina (PI), 2019.

ABSTRACT

The present work intends to evaluate how the Program of Student Assistance in Social Vulnerability - Permanent Benefit, foreseen in the IFPI - POLAE Student Assistance Policy, impacts on the access, permanence and success in the formative path of the students of the technical vocational education of the high school. Integrated form of the Parnaíba Campus. The specific objectives were based on the contextualization of the implementation process of the IFPI Student Assistance Policy and its materialization in the Parnaíba-PI Campus; and proposing strategies that enable better academic performance as well as monitoring and control of school dropout and failure. This is a study where the technical procedures used were bibliographic, documentary and field research, with quantitative approach where correlated the educational indicators (approval, disapproval and dropout) of students benefiting from the Permanent Benefit from 2015 to 2018. Data analysis was based on the theoretical framework using Excel 2010 software. It can be concluded that the approval rates are higher in relation to the failure and dropout rates among students benefiting from the Permanent Benefit. Said benefit guarantees academic success; There was a fluctuation in the dropout rates, the years with high rates of this phenomenon were observed in 2015 and 2016, while the failure rates among students benefiting from the Permanent Benefit are higher than the dropout rates. Therefore, it is recommended that students be fully monitored by the interdisciplinary team, identifying the main difficulties faced in the educational environment, and that measures be taken institutionally to pacify these rates. It is also suggested studies with a qualitative approach regarding the monitoring and conception of the beneficiary student, pointing out the meaning that the Social Vulnerability Student Care Program has for academic permanence and success.

Keywords: PNAES. Student Assistance. Evasion. Failure and academic success.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Camadas mais pobres da população.....	29
Quadro 2 - Recomendações do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES..	41
Quadro 3 - Organização dos Programas Universais.....	54
Quadro 4 - Orçamento da assistência estudantil do IFPI.....	61
Quadro 5 - Oferta regular de cursos por nível e modalidade de ensino no Campus Parnaíba.....	64
Quadro 6 - Evasão por curso (2016-2018) - estudantes contemplados com BP.....	70
Quadro 7 - Comparativo dos estudantes que evadiram da instituição (2016-2018)..	71
Quadro 8 - Ações conduzidas pelo Serviço Social	84
Quadro 9 - Ações conduzidas pelo Setor de Psicologia.....	85
Quadro 10 - Ações conduzidas pelo Setor Pedagógico	85
Quadro 11 - Estratégias recomendadas para redução dos índices de reprovação e evasão no campus Parnaíba	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação da evasão no período de 2015 a 2018.....	70
Gráfico 2 - Flutuação das Reprovações no período de 2016 a 2018.....	74
Gráfico 3 - Identificação dos estudantes reprovados quanto ao tempo na instituição.	76
Gráfico 4 - Município de Residência	77
Gráfico 5 - Grau de Escolaridade dos pais dos estudantes reprovados - 2017.....	77
Gráfico 6 - Grau de Escolaridade das mães dos estudantes reprovados - 2017.....	78
Gráfico 7 - Meio de locomoção.....	79
Gráfico 8 - Beneficiário de programas de transferência de renda.....	79
Gráfico 9 - Renda mensal familiar.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação da aprovação (2015 a 2018).....	73
Tabela 2 - Variação percentual da reprovação (2015 a 2018).....	74
Tabela 3 - Quais as dificuldades que geralmente você enfrenta em sala de aula...	81
Tabela 4 - Fatores que poderiam fazer você desistir desse curso.....	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP - Benefício Permanente

CAE - Comissão de Assistência Estudantil

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CONSUP - Conselho Superior do IFPI

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAA - Programa de Atendimento Alimentar

PAE - Programa de Atendimento ao Estudante

PAEVS - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PIBIC - Programa de Iniciação Científica

PGTAE - Plano Geral de Trabalho de Assistência Estudantil

POLAE - Política de Assistência Estudantil do IFPI

PRAEI - Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIFAE - Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante

TCU - Tribunal de Contas da União

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL E O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	20
2.1	Contextualização do problema: evasão e reprovação escolar no ensino médio no Brasil	20
2.2	A reforma do Estado e as políticas públicas de acesso e permanência à educação	32
3	ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) COMO INSTRUMENTOS DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COM FRAGILIDADE SOCIOECONÔMICA	44
3.1	O Programa Nacional de Assistência Estudantil: antecedentes da política de assistência estudantil no Brasil.....	44
3.2	A Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE): fundamentos orientadores	51
4	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO BENEFÍCIO PERMANENTE: O CASO PARNAÍBA NO PERÍODO DE 2015 A 2018	63
4.1	Contexto da pesquisa: Campus Parnaíba como locus de implementação da POLAE	63
4.2	Caracterização dos Cursos de nível médio da modalidade Integrada	66
4.3	Avaliação da eficácia do Benefício Permanente: indicadores sobre a evasão, reprovação e sucesso escolar dos estudantes beneficiários	68
4.3.1	Indicadores educacionais: evasão dos beneficiários do PAEVS	69
4.3.2	Indicadores educacionais: aprovação e reprovação dos estudantes beneficiários do PAEVS	73

4.3.3	Perfil socioeconômico e cultural dos beneficiários com histórico de reprovação	75
4.4	Estratégias para diminuir os índices da evasão e reprovação no Campus Parnaíba	83
	CONCLUSÕES	90
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí propõe a implantação e implementação de uma Política de Assistência Estudantil (POLAE), visando a dois objetivos principais: reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes, através de programas voltados àqueles, especialmente, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social; e propiciar a formação integral a partir de programas diversificados que assistam os estudantes na sua complexidade frente às distintas necessidades (POLAE, 2014).

Neste contexto, o presente trabalho versa sobre o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – Benefício Permanente, previsto na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí (IFPI), e como este repercute na permanência e êxito acadêmico dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio na forma integrada do Campus Parnaíba.

O interesse em pesquisar sobre assistência estudantil, políticas públicas, evasão e reprovação alinha-se ao processo de trabalho empreendido pela pesquisadora proponente desse estudo, enquanto Assistente Social do IFPI – Campus Parnaíba, sobretudo no acompanhamento aos estudantes beneficiários e na condução das ações previstas na POLAE.

Desse modo, questiona-se: o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) - Benefício Permanente (BP) garante a permanência e êxito dos estudantes?

A Política de Assistência Estudantil foi criada através da Resolução nº 014/2014, e apresenta como definição um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico.

As ações previstas na política referenciada são realizadas por meio de programas que preveem atendimento universal (Programas Universais) e programa que prevê atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social (Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social - PAEVS).

Os Programas Universais têm como objetivo contribuir com ações de atendimento às necessidades básicas e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos estudantes no processo educacional, os programas

supramencionados são organizados em três categorias: atendimento ao estudante, desenvolvimento técnico científico e necessidades educacionais específicas; as ações desses programas podem ser percebidas através da alimentação estudantil, assistência à saúde do estudante, acompanhamento e suporte ao ensino, incentivo à participação político acadêmica, cultural e esportiva, dentre outras.

Enquanto que o PAEVS, é direcionado ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras e agravantes sociais (POLAE, 2014).

É importante frisar que a POLAE se respalda no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, ressalta-se que o PNAES abrange os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente, conforme aponta o artigo 4º do referido decreto.

O PNAES foi objeto de estudos de pesquisadoras como Fernandes (2012), Carvalho (2013), Ramalho (2013), Mariz (2014), Oliveira (2016) e Pereira (2017). Os estudos de Fernandes (2012) consistiram em “analisar a política de assistência estudantil e sua materialização (abrangência e efetividade) na Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, antes e depois do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES” (FERNANDES, p. 10).

A pesquisa de Carvalho (2013) é direcionada a avaliar as políticas de assistência estudantil praticadas na Universidade Federal de Lavras (UFLA) “avaliando a política institucional com relação ao alcance de equidade no rendimento acadêmico e permanência no curso” (CARVALHO, 2013, p. 8). Ramalho (2013) norteia sua pesquisa na análise da “Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) realizando uma correlação dos indicadores educacionais (aprovação, reprovação e abandono) e o recebimento de bolsas de assistência estudantil, entre os alunos matriculados na Educação Profissional de Nível Médio” (RAMALHO, 2013, p. 8).

Enquanto Mariz (2014) analisa os desdobramentos do PNAES na assistência

ao estudante da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), identificando os “avanços e retrocessos para a efetivação do direito e de acesso e permanência na universidade” (MARIZ, 2014, p. 10). Carvalho (2013) examina a implementação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFPI, objetivando avaliar os processos de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), buscando delinear as “decisões tomadas, a escolha dos agentes, os processos de monitoramento e avaliação e os recursos e logística disponibilizados para as ações previstas” (CARVALHO, 2013, p. 6).

A pesquisa de Pereira (2017) pretendeu avaliar os efeitos do PNAES, obtidos por “meio das ações do PAEVS, nas taxas de evasão e retenção dos estudantes da educação técnica de nível médio, beneficiários do PAEVS em 2014 e 2015, no IFPI-Campus Teresina Central” (PEREIRA, 2017, p. 16) enfatiza-se que a assistência estudantil se configura como política pública pois estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas, e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes (POLAE, 2014).

Dessa forma, a presente pesquisa propõe-se como objetivo geral avaliar a eficácia do PAEVS – Benefício Permanente no tocante à melhoria do desempenho acadêmico e redução da evasão e reprovação escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras e agravantes sociais dos estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio na forma integrada.

Quanto aos objetivos específicos pretende-se: contextualizar o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPI e sua materialização no Campus Parnaíba-PI e propor estratégias que possibilitem melhor desempenho acadêmico bem como monitoramento e controle da evasão e reprovação escolar.

O percurso metodológico adotado com o objetivo de responder o problema de pesquisa foi realizado em etapas, desse modo, optou-se em realizar uma abordagem quantitativa no que se refere aos indicadores educacionais (aprovação, reprovação e evasão) dos estudantes inseridos no PAEVS – Benefício Permanente no período de 2015 a 2018, esses dados indicarão estratégias de intervenção propostos nos objetivos desse trabalho. Os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa de campo, onde se observou *in loco*, em um período de quinze dias, a estrutura e funcionamento do Campus Parnaíba, bem como os principais problemas enfrentados pelos estudantes.

Adotou-se ainda a pesquisa bibliográfica fundamentando-se na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e a pesquisa documental, onde foram utilizados relatórios e editais; normas e legislação (Resoluções do CONSUP - Conselho Superior do IFPI, Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais, Decreto nº 7234/2010; Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica); folhas de pagamentos de estudantes beneficiários do Benefício Permanente, listas de resultados da seleção do PAEVS, relatórios elaborados pelo Serviço Social e Pedagogia, memorandos de solicitação de pagamentos, históricos escolares dos estudantes beneficiários onde constam situações como: cancelamento de matrícula, evasão e reprovação. Para a coleta de dados foram realizados os seguintes procedimentos:

- Acesso aos dados provenientes do Setor de Controle Acadêmico no tocante aos estudantes com histórico de reprovação e evasão referentes aos anos de 2015 a 2018;
- Classificação dos estudantes beneficiários e não beneficiários com histórico de reprovação e evasão, a partir dos dados oriundos do Controle Acadêmico;
- Acesso aos documentos institucionais originários dos setores de Pedagogia e Serviço Social, tais como relatórios, listas dos resultados dos editais do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, memorandos de solicitação de pagamentos do Benefício Permanente;
- Utilização da ferramenta institucional Q-Acadêmico tencionando realizar levantamento dos estudantes matriculados no ensino médio e estudantes matriculados nos demais cursos;
- Acesso aos dados oriundos do questionário socioeconômico preenchidos pelos estudantes, com vistas a elaborar um perfil socioeconômico e cultural dos estudantes reprovados no ano em que foi verificado maior incidência desse fenômeno, examinando os fatores que estão atrelados ao insucesso escolar;
- Calculou-se o percentual dos indicadores educacionais como: aprovação, reprovação e evasão dos estudantes inseridos no PAEVS depois elaboraram-se tabelas e gráficos com auxílio do Software Excel 2010, objetivando

avaliar a eficácia da POLAE implementada no IFPI quanto à redução da evasão e retenção escolar.

Este trabalho se aproxima dos estudos de Pereira (2017) ao observar os indicadores de desempenho educacional (aprovação, reprovação e evasão) dos estudantes beneficiários do Benefício Permanente matriculados em cursos do nível médio integrado ao técnico e estudantes matriculados em cursos da modalidade concomitante/subsequente no IFPI Campus Teresina Central.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos, incluindo a Introdução que é o primeiro. O segundo capítulo “As políticas de acesso e permanência do Governo Federal e o Plano Nacional de Assistência Estudantil” faz uma contextualização acerca das categorias evasão e reprovação escolar, objetivando compreender quais fatores estão imbricados nesse processo de descontinuidades do percurso formativo, suas causas e consequências tanto para o sujeito como para a sociedade. Buscou-se também realizar uma explanação da reforma do Estado brasileiro e como isso repercutiu na implementação de políticas públicas sobretudo, no âmbito da educação, e como vem sendo delineadas as políticas de acesso e permanência conduzidas pelo governo federal.

O terceiro capítulo “O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Política de Assistência Estudantil do IFPI como instrumentos de permanência para estudantes com fragilidade socioeconômica” trata do processo histórico que desencadeou a formação da assistência estudantil na agenda política brasileira, a sua conformação através do PNAES e os aspectos orientadores de construção da Política de Assistência Estudantil no IFPI.

O quarto capítulo “Avaliação dos resultados do benefício permanente: o caso Parnaíba no período de 2015 a 2018” aborda o contexto em que se insere a pesquisa, trazendo o Campus Parnaíba como locus de implementação da POLAE, delinea-se sobre a disposição dos dados bem como análises dos resultados referentes aos índices de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes beneficiários do Benefício Permanente, propõe-se algumas estratégias de intervenção concernentes ao monitoramento e prevenção da evasão e reprovação no Campus Parnaíba.

Nas conclusões avaliam-se os resultados do PAEVS quanto aos índices de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes matriculados na educação técnica de nível médio da modalidade integrada beneficiários do Benefício Permanente no período de 2015 a 2018 no Campus Parnaíba.

2 AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL E O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo se subdivide em duas seções. A primeira seção objetiva discutir acerca dos fatores que estão engendrados nos processos de evasão, abandono e reprovação escolar, a contextualização na qual esses fenômenos se inscrevem e as consequências que podem ensejar tanto para a sociedade como para o estudante. A segunda seção objetiva analisar a reforma do Estado com o recorte nas políticas públicas de acesso e permanência à educação, implementadas pelo Governo Federal.

2.1 Contextualização do problema: evasão e reprovação escolar no ensino médio no Brasil

O fracasso escolar por meio de suas manifestações (evasão ou abandono escolar, retenção, a não apropriação do aprendizado, ou aprovação sem conhecimento científico acumulado) se traduz como um dos problemas mais preocupantes do ambiente educacional, que enseja políticas de prevenção e de monitoramento.

Nesse contexto, de acordo com o documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos – INEP (2007), em parceria com a Unesco, a expressão fracasso escolar se refere a todo sujeito em situação de aprendizagem ou grupo de sujeitos que não alcançam com suficiência os objetivos educativos programados e propostos como metas, dentro de um estabelecimento de educação formal.

Para Shirasu (2014), a evasão e a repetência escolar são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional brasileiro, isso porque geralmente os índices que mensuram esses fenômenos são maiores no Brasil do que nos dos demais países.

O trabalho da autora acima referenciada apontou que em 2008 aproximadamente 3,3 milhões de brasileiros com idades entre 15 a 17 anos ingressaram no ensino médio, porém, somente 1,8 milhões (54,5%) conseguiram concluir a referida etapa de ensino em 2010.

Shirazu (2014), sinaliza ainda que a repetência indica uma ineficiência grave no fluxo escolar brasileiro, mas a verdadeira dimensão desse problema só é

vislumbrada quando se consideram os custos financeiros para a sociedade, em sua pesquisa, a autora evidencia os gastos que o país tem em relação aos estudantes repetentes, ou seja, segundo o Banco Mundial, o Brasil gasta cerca de 11 bilhões de reais por ano em estudantes que repetem um ano, correspondendo a 12% do total das despesas no ensino básico. Esses gastos são considerados os mais altos do mundo, representando, portanto, uma forte pressão sobre a capacidade do governo de expandir o acesso à educação com qualidade e equidade (SHIRAZU, 2014, p. 12).

Quando se trata da oferta de ensino médio no Brasil, essas situações de evasão e repetência são mais nítidas, uma vez que, essa modalidade de ensino enfrenta muitos desafios, sobretudo no se refere ao acesso, permanência, à qualidade e sua identidade, conforme aponta Matos (2018). Para o autor, cuja pesquisa tem se voltado ao estudo da permanência no ensino médio profissional, o declínio das taxas de matrículas no ensino médio e as altas taxas de jovens que permanecem fora do ambiente acadêmico com seus expressivos índices de reprovação e evasão afastam a possibilidade de universalização e democratização do ensino médio.

Os estudos realizados no país para observar a dinâmica dos fenômenos da evasão e reprovação, foram sistematizados somente na década de 1990, conforme aponta o documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal, elaborado pelo Ministério da Educação, em 2014.

Este documento registra que um dos primeiros trabalhos a sistematizar a problemática da evasão no Brasil, foi realizado pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão, instituída pelo Ministério da Educação, em 1996.

Segundo, Brasil (2014a), o estudo dessa comissão foi elaborado no contexto da discussão sobre a avaliação institucional a partir dos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), realizado por diferentes instituições de ensino, especificamente as públicas.

Estudos anteriores destacavam apenas levantamentos estatísticos e dados fragmentados, sem desenvolver a problemática voltada para a formulação de políticas institucionais, ações administrativas e pedagógicas, acompanhamentos necessários para reduzir os resultados encontrados (BRASIL, 2014a).

A contextualização acerca da evasão e retenção referenciada pelo documento orientador aponta que os estudos realizados pela comissão especial para o estudo da

evasão foram homogeneizados a partir de cálculos e conceitos que permitiram o balizamento da questão em todo o país.

O referido trabalho possibilitou o seguinte entendimento: a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. “É entendida como evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral” (BRASIL, 2014a).

Ainda sobre a evasão, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2009, publicou pesquisa sobre os motivos da evasão escolar; o estudo apontou que a ocorrência desse fenômeno é desencadeada, a partir de três tipos básicos de motivações:

A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou dos seus desconhecimentos dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo (FGV, 2009, p. 5).

Esse diagnóstico corrobora a indiferença que alguns pais e estudantes têm a respeito do valor da educação, bem como o poder de autonomia e emancipação que esta política representa; diante disso, muitos pais sugerem que seus filhos ingressem no mercado de trabalho (alguns até em trabalhos precários ou sem proteção) em decorrência do retorno imediato; não dimensionam, portanto, os efeitos de potencialidade da educação.

Tal fato legitima um Estado cada vez mais ausente e apático no tocante às demandas sociais, sobretudo, às demandas no campo educacional, uma vez que não é prioridade do poder público garantir uma educação de excelência por não ser uma exigência da sociedade, o que acaba sendo um ciclo: a sociedade não exige e o Estado não cumpre com suas atribuições.

Dore e Lücher (2011) realizaram um trabalho acerca da permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais, as análises das autoras sinalizam que:

A evasão se dá através da saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente

na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout*. (DORE, LÜSCHER, 2011, p. 775)

Para Araújo (2013, p. 34), a evasão escolar pode ocorrer pela desistência/abandono do aluno, pelo trancamento da matrícula para um posterior retorno ou pela retenção por frequência e/ou conteúdo”.

Entender os processos desencadeadores da evasão e repetência é necessário para construir estratégias que visem solucionar ou mitigar os efeitos dessa problemática, destarte, Meira (2015) afirma que o problema da evasão continua erroneamente sendo visto como um fato isolado e psicológico, como consequência de um problema individual próprio do jovem que fracassa.

A autora, informa que os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar, quando as condições de acesso e segurança são precárias, os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir, evadem por motivo de vaga, de falta de professor, de falta de material didático, e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Neste direcionamento, Rumberger (2004 *apud* DORE; LÜSCHER 2011) afirma que a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e à comunidade em que vive. Para o pesquisador, a centralidade do problema da evasão se concentra na perspectiva individual, que abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, e a perspectiva institucional, que considera a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos.

Na perspectiva individual, são considerados os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar, para o autor existem dois tipos de engajamento escolar:

O engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola (RUMBERGER, 2004 *apud* DORE; LÜSCHER, 2011, p.776).

Ainda referenciando Dore e Lüscher (2011), na perspectiva do indivíduo, há que se considerar o nível educacional dos pais, a renda e a estrutura familiar, tal perspectiva, segundo a análise das autoras é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar. As autoras ainda apontam outros fatores de engajamento;

Na perspectiva escolar os fatores que podem ser relacionados à saída/evasão ou à permanência do estudante na escola, distinguem-se: a composição do corpo discente, os recursos escolares, as características estruturais da escola, e os processos e as práticas escolares e pedagógicas. (DORE E LÜSCHER, 2011, p. 777)

Observa-se que os processos de descontinuidade nos estudos, bem como as situações de reprovação, estão permeados de vários fatores, porém o que se percebe no cotidiano escolar é que a responsabilidade recai apenas sobre o estudante, há, portanto, uma responsabilização deste sujeito por não ter prosseguido nos estudos.

Marun (2008) afirma que, nos anos 1970, os estudos sobre o fracasso escolar fundamentavam-se em abordagens voltadas, principalmente, para a influência de fatores extraescolares no rendimento escolar, sendo estudadas as características dos alunos (economicamente e culturalmente desfavorecidos) e de seu ambiente familiar com o desempenho da escola, como afirma Marun (2008, p. 20):

Uma das críticas que se fazia nesta época à escola em relação a alta incidência do fracasso escolar entre as crianças pobres era a de que as atividades nela desenvolvidas não eram pertinentes nem satisfatórias à sua clientela. Portanto, a tese da disparidade cultural era tida como explicação para o fracasso escolar, e atribuía ao aluno a responsabilidade por seu fracasso.

Na concepção de Araújo (2013, p. 34), a questão da evasão escolar está associada ao fracasso escolar e, nesse sentido, à questão da exclusão, e essa, não consiste em uma escolha do aluno, pois:

Apreende-se que o fracasso escolar se refere à ausência de certos fenômenos, como a ausência de saberes, competências, resultados, a recusa de estudar e a transgressão de regras. O fracasso escolar é definido através das diferenças, entre alunos, currículos e estabelecimentos. Para uma análise mais aprofundada sobre os determinantes da evasão escolar, devem ser consideradas três perspectivas: a do estudante (fatores relacionados às características subjetivas), a da escola (fatores internos) e a da sociedade (fatores externos)

Neste direcionamento, Araújo (2013, p. 35) ainda analisa os fatores individuais que culminam na evasão:

(...) Desengajamento para os estudos, falta de hábito de estudo, falta de pré-requisitos para a continuidade dos estudos em decorrência de má formação escolar anterior, problemas de saúde, gravidez precoce, vícios, problemas de relacionamento professor-aluno e aluno-aluno, escolha precoce da profissão, falta de vocação, perda da motivação, não adaptação ao sistema de avaliação e/ou metodologias, dificuldade de acompanhar o conteúdo das disciplinas, notas baixas, retenção, progressão parcial, desconhecimento do perfil e dos objetivos do curso escolhido, e até mesmo o despertar de novos interesses. Todas essas características podem levar o aluno à evasão.

É necessário compreender as vivências pelas quais o estudante passa, compreender como se configurou sua história escolar ao longo dos anos, os obstáculos, as perspectivas e os significados atribuídos aos acontecimentos, isso permite ter um olhar mais cuidadoso sobre os processos desencadeadores de descontinuidade nos estudos.

Almeida (2011) realizou estudo a respeito das percepções do aluno evadido de uma escola estadual de Ensino Médio, para a autora, os motivos para a evasão apresentados pelos alunos, é que este fenômeno é uma consequência de aspectos intrínsecos ao curso, condições socioeconômicas e também de condições estruturais e administrativas que caracterizam o sistema educacional vigente. Sinaliza ainda:

Segundo a perspectiva do aluno evadido, os motivos que o levaram a sair do curso relacionam-se a aspectos da vida escolar anterior à entrada no Ensino Médio, às expectativas não correspondidas pelo curso, ao intrincado funcionamento do sistema educacional e, ainda, às experiências pessoais e interpessoais vividas durante a sua permanência na escola (ALMEIDA, 2011, p. 83).

Nesse contexto de elementos que configuram a evasão, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação elaborou um plano de ação composto por sete dimensões, que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção bem como medidas para o seu combate na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse documento elege fatores que contribuem com a evasão e retenção, quais sejam:

Acesso às instituições; dificuldades de relacionamento do estudante (seja com professores, diretores e colegas de sala); condição e fatores socioeconômicos; frustração de expectativas em relação ao curso; fatores

intra escolares (currículo, horários e carga horária dos cursos); motivação, interesse ou compromisso com o curso; inserção do estudante no mundo produtivo, em particular a necessidade de trabalhar; modelo de ensino escolar e suas valorações; problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas; repetência ou desempenho acadêmico insuficiente; distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real; inadequação dos programas de estágio; práticas pedagógicas; perfil do corpo docente; excesso de matérias/disciplinas por período do curso; exigência dos professores; características estruturais da escola; enfraquecimento dos vínculos com a escola; comportamento e atitudes do estudante perante a vida escolar; formação precária no ensino fundamental e/ou médio; e resistência às leis da educação profissional e às perspectivas de seus alunos (BRASIL, 2014a).

O documento menciona fatores individuais, internos e externos às instituições que contribuem para desencadeamento da evasão e retenção. Os fatores internos dizem respeito aos problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. São eles:

Atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); formação do professor; gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; motivação do professor; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; e relação escola-família (BRASIL, 2014a).

Segundo a análise de Araújo (2013), um dos fatores que podem elevar a permanência do estudante no ambiente acadêmico diz respeito ao papel das equipes técnico-pedagógicas, professores e direção, esses agentes precisam ter compromisso com o propósito a que servem. Esses aspectos devem ser priorizados nas intervenções pedagógicas, nos planejamentos diários, com vistas a refletir sobre como proporcionar ambientes de aprendizagem que sejam significativos.

A instituição escola precisa ser atrativa, a prática pedagógica de toda a equipe escolar é a responsável por gerar ambientes que proporcionem aprendizagem significativa e por trabalhar buscando a formação do aluno e não apenas um egresso a mais, um certificado, um número, conforme aponta a autora.

Quanto aos fatores externos, o documento orientador indica que estes se relacionam às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os fatores são:

Avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso e valorização da profissão (BRASIL, 2014a).

Embora essas questões estejam inseridas no contexto em que a intervenção é dificultada por questões próprias, a instituição de ensino deve se comprometer a buscar ações que contribuam com a solução ou redução dessas situações.

É importante frisar que o Documento Orientador foi elaborado a partir de Acórdão do Tribunal de Contas da União de 2013, como proposta de intervenção no tocante aos problemas associados à evasão e à retenção na Rede Federal de Educação. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 25 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais possuem natureza pluricurricular e multicampi, estruturada em reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância. A atuação vincula-se ao desenvolvimento local, cuja proposta é a oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós-graduação *lato e stricto sensu* – especialização, mestrado e doutorado. Outros direcionamentos dos Institutos Federais dão-se no desenvolvimento da inovação, da pesquisa aplicada e da extensão e desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino (BRASIL, 2008).

Essas instituições apresentam como finalidades:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Meira (2015) declara que a educação profissional e tecnológica atravessa um grande momento no país, em razão da implementação de políticas públicas que passam a reconhecer o valor estratégico dessa modalidade de ensino para o desenvolvimento nacional.

O estudo realizado pela pesquisadora acima referenciada revela que houve uma expansão no número de matrículas na educação profissional, sua pesquisa apontou que na educação profissional, o número de matrículas até o final de 2013 foi de 1,4 milhão, sendo 749.675 na rede pública. A rede federal puxou o crescimento de toda a rede pública, uma vez que o número de alunos nas instituições federais cresceu 8,4%, entre 2012 e 2013, chegando a 228.417 matrículas. Embora tenham sido ampliados os números de matrículas na educação profissional, o estudo realizado pelo Instituto Unibanco indica que:

[...] Os dados do relatório *Education at a Glance 2017*, disponibilizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em setembro de 2017, aponta que 40% da população brasileira entre 25 e 34 anos não possui o Ensino Médio completo – índice bem superior à média dos 35 países membros da Organização (16%). Uma boa parte acaba estagnada no Ensino Fundamental (cerca de um terço dos jovens de 15 anos no Brasil ainda se encontra nessa etapa) ou evadindo (INSTITUTO UNIBANCO, 2017, p.1).

Embora as estratégias de democratização e expansão tenham sido asseguradas, o que se percebe é uma taxa elevada de jovens que desistem do processo formativo.

Para Almeida (2011) o ensino médio é a parte mais negligenciada de todo o ensino brasileiro, tanto do ponto de vista de políticas quanto de reflexões e discussões sobre seus problemas e necessidades.

De acordo com o Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, elaborado pela Unicef, 2,8 milhões crianças e adolescentes estão fora da escola no País, dos quais 1,59 milhão (57%) têm entre 15 e 17 anos. Muitos deles nem chegam a concluir o ensino fundamental.

Atualmente, o Brasil apresenta uma taxa de 19% de distorção idade-série no ensino fundamental. No ensino médio, essa taxa de distorção chega a 27%, ou seja: que quase três em cada dez alunos dessa etapa de ensino apresentam dois ou mais anos de atraso escolar. Tanto pelos números absolutos quanto pelas causas que levam esses adolescentes a estar fora da escola, essa faixa etária requer grande atenção: estamos na transição para a idade adulta e muitos desses adolescentes, sem a educação a que têm direito, ingressam no mundo do trabalho em condições precárias (UNICEF, 2017).

Esse número é mais expressivo nas camadas mais pobres da população, o que pode ser visualizado de modo mais didático como demonstrado no quadro 1, o qual traduz essa realidade.

Quadro 1 - Camadas mais pobres da população

Renda	Situação: Fora do Ambiente escolar	Porcentagem
Até ½ salário mínimo	1.446.004	53%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	892.708	33%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	322.209	12%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	53.736	2%
Mais de 3 salários mínimos	31.790	1%

Fonte: UNICEF, 2017.

Observa-se que a maior parcela se encontra em domicílios com menos de ½ salário mínimo per capita. Quanto maior a vulnerabilidade socioeconômica da família, maior a probabilidade desses adolescentes abandonarem ou evadirem os estudos. Essas crianças e adolescentes já se encontram em situação de invisibilidade, sem acessar os mínimos sociais, excluídos de todo um sistema de garantias de direitos

previstos na Constituição Federal, estando, portanto, mais suscetíveis à violência, uso de álcool ou outras drogas, abuso sexual, trabalho infantil ou trabalhos precários, dentre outras situações que geram prejuízos para esses sujeitos.

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 3º, prevê o acesso ao Ensino Médio, etapa final para a educação básica, com duração mínima para três anos, porém essa etapa não é compulsória, como é o caso do Ensino Fundamental, o que pode sinalizar outro fator determinante para a evasão.

Quando se trata da educação voltada para o público jovem, o documento intitulado Políticas Públicas para a Redução do Abandono e Evasão Escolar (projeto liderado pelo economista Ricardo Paes de Barros e organizado pelo Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco e Fundação BRAVA) aponta que as escolhas feitas pelos estudantes têm motivações que vão além das que podem ser influenciadas pela escola, por melhor que esta seja.

O referido documento sinaliza também que o aprendizado não resulta de uma forma mecânica, ele se efetiva a partir de dois fatores determinantes: oportunidades educacionais com qualidade e engajamento dos estudantes no aproveitamento das oportunidades. Porém, o engajamento não está atrelado somente no aproveitamento das oportunidades, ou seja, o estudante pode ter acesso à uma instituição de qualidade, onde se oportuniza ideais condições de permanência e aprendizagem, mas se ele não tiver interesse (engajamento), o efeito não será positivo, não terá resultado satisfatório.

O estudo traz uma estimativa referente aos jovens que se encontram fora do ambiente acadêmico, assim o documento aponta que: dos pouco mais de 10 milhões de jovens entre 15 a 17 anos, 15% deles não se matriculam na escola no início do ano letivo, ou seja, no início do ano, 1,5 milhão desses jovens já está fora da escola. Esse diagnóstico é observado no documento:

Nem todos os 8,8 milhões de jovens de 15 a 17 anos que se matriculam no início do ano permanecem na escola até o final do ano. Cerca de 8% dos alunos matriculados na escola, ou seja, 6,8% do total de jovens de 15 a 17 anos, abandonam a escola antes do final do ano, o que representa um contingente adicional de 0,7 milhão. Assim, ao final do ano letivo, mais de 20% dos jovens de 15 a 17 anos já se encontram fora da escola e com isso, apenas 8 milhões de jovens brasileiros de 15 a 17 anos completam o ano letivo frequentando a escola (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2017, p.15).

As consequências desse desengajamento podem trazer prejuízos imensuráveis, o documento elege efeitos negativos tanto para o estudante como para a sociedade, ou seja,

O abandono irá gerar algumas externalidades sobre a economia, via quedas na produtividade, inovação e competitividade, sobre a vida política da sociedade, via uma participação menos ativa e bem informada da população nas decisões públicas, e sobre o ambiente social, via um menor grau de participação nas atividades comunitárias, respeito à diversidade e normas acordadas, resolução de conflitos e maior envolvimento em atividades ilegais e violentas (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2017, p.29).

O estudo indica que o engajamento dos jovens em atividades escolares pode impactar em uma variedade de realizações individuais. As realizações são organizadas em quatro grupos: o primeiro grupo diz respeito ao engajamento do jovem conforme o seu desenvolvimento cognitivo e sobre suas competências sociais, emocionais, suas crenças, valores. Assim é esperado que o engajamento do jovem em atividades escolares impulse sua autonomia intelectual e financeira, promova ainda o protagonismo e maior consciência individual e social.

O segundo grupo trata do engajamento nos aspectos familiares e de relacionamentos, dos impactos diretos e indiretos do engajamento dos jovens sobre a idade com que saem do ambiente familiar, com que formam suas relações afetivas, com que têm filhos, inclui-se ainda sobre a quantidade de filhos, sobre as relações que estabelecem com os pais, familiares e amigos, abrangendo também sobre sua participação comunitária e política.

O terceiro grupo trata dos impactos que o engajamento dos jovens tem sobre o envolvimento em atividades de risco, fazendo parte do grupo os impactos sobre o uso de drogas, comportamento sexual de risco, envolvimento em atividades ilegais ou violentas. No quarto grupo, classificam-se os impactos do engajamento dos jovens em atividades escolares sobre sua inserção produtiva; é comprovado que o engajamento dos jovens com a escola facilita uma maior inserção em atividades econômicas, invariavelmente com maior remuneração, o que resulta de uma menor chance de pobreza, desse modo, o jovem se torna mais aberto e consegue ver com mais clareza quais as alternativas disponíveis para ele.

Este estudo (Políticas Públicas para a Redução do Abandono e Evasão Escolar) possibilita um reconhecimento das mazelas que a evasão e abandono

escolar podem ensejar na vida do sujeito. É necessário que a sociedade reconheça que é partícipe na cobrança pela implementação de políticas públicas para o enfrentamento desse fenômeno.

Segundo o Instituto Gesta - Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas, a evasão escolar causa um prejuízo de R\$49 bilhões para a atividade econômica do país, R\$28 bilhões na área da saúde e R\$18 bilhões no controle da violência e criminalidade. A soma das perdas, R\$130 bilhões de reais, é 10% maior do que o gasto total da União com educação em 2017.

Diante desse cenário, é urgente o estabelecimento do compromisso por parte dos agentes públicos em mitigar os efeitos da evasão e abandono escolar, com vistas a formar uma sociedade justa. Apreende-se, dessa forma, que a educação proporciona à nação desenvolvimento, impactando na redução da pobreza e da miséria, na produção de riqueza e aumento de oportunidades para a sociedade.

2.2 A reforma do Estado e as políticas públicas de acesso e permanência à educação

O início da década de 1970 foi marcado, mundialmente, por um amplo debate acerca dos processos de reformulação das ações do Estado, bem como da administração pública. Compreendido como processo de transição do modelo weberiano para o modelo gerencial, o debate reclamava do Estado a reorganizar suas ações com vistas a tornar a administração mais eficaz e eficiente. O modelo burocrático (weberiano) objetivava formalizar e coordenar o comportamento humano através da racionalidade-legal, em contraste com o modelo patrimonialista, que incorporava práticas de gestão como nepotismo, clientelismo e subjetivismo, bem presentes nas estruturas administrativas. Para Weber, esse paradigma objetivava ainda atingir um grau elevado de precisão, disciplina, rigor, confiabilidade, rotinização e padronização das funções, e estabelecimento de relações impessoais.

Entretanto, segundo Secchi (2009, p. 349), o modelo burocrático weberiano foi considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo por sua presumida ineficiência, morosidade, estilo autorreferencial, e descolamento das necessidades dos cidadãos. O processo de redemocratização do Estado se justificava pela crescente crise que afetou as principais economias do mundo capitalista.

Segundo Cavalcante (2017, p. 11), o discurso hegemônico, especialmente nos países desenvolvidos, era que o governo tinha se tornado sobrecarregado e insustentável do ponto de vista financeiro. Em outras palavras, o elevado nível da despesa pública gerou grandes déficits orçamentários, impactando nos níveis de investimento privado e prejudicando o crescimento econômico sem melhorias na prestação dos serviços públicos como contrapartida.

Dessa forma, medidas de ajustes foram requisitadas, com a justificativa de controlar os gastos públicos, bem como reduzir o tamanho do Estado com suas ações intervencionistas tanto na economia como na área social.

Cavalcante (2017) aponta que as ondas de modernização do aparelho do Estado legitimam-se pela crescente competição dos territórios por investimentos privados e pela mão de obra qualificada, bem como com a disponibilidade de novos conhecimentos organizacionais e tecnologia. A proposta de modernização do aparelho estatal ganha relevância, sobretudo, nos governos de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos; essa proposta de modernização vinculava-se à transição de um Estado intervencionista para um Estado promotor da regulação. Este novo modelo, o gerencialismo ou New Public Management (NPM), isto é, o modelo da nova gestão pública, adquire robustez com o discurso a favor da eficiência, eficácia e efetividade.

A partir dessa premissa é possível depreender que a nova gestão pública, também denominada de administração pública gerencial, consistiu em um amplo movimento reformista no aparelho do Estado que propagava mudanças deliberadas de estruturas e processos nas organizações do setor público com o objetivo de obter melhores desempenhos. Trata-se de um modelo prescritivo pós-burocrático para a estruturação e o gerenciamento da máquina pública baseado nos princípios e nas diretrizes de eficiência, eficácia e competitividade e em instrumentos de gestão oriundos de organizações privadas (CAVALCANTE, 2017).

O resultado desse movimento, no contexto brasileiro, foi um profundo reordenamento da administração pública. Segundo Bresser Pereira (1996), esse movimento teve como objetivo:

- Facilitar, a curto prazo, o ajuste fiscal, em particular os Estados e municípios. Esta proposta estava vinculada ao enxugamento do quadro pessoal, ou seja, na exoneração de servidores, na definição do teto de remuneração para os funcionários, e na modificação do sistema de aposentadoria, aumentando o tempo de

serviço, a idade mínima para a aposentadoria, exigindo-se tempo mínimo de exercício no serviço público, tornando o valor da aposentadoria proporcional à contribuição.

- E, a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-se ao atendimento para os cidadãos. Para tanto, a proposta foi fortalecer a administração pública através da implantação direta ou o núcleo estratégico do Estado, e descentralizar a administração pública com a implantação de agências autônomas e de organizações sociais controladas por contrato de gestão.

Bresser Pereira (1996) pondera, ainda, que a proposta de reforma do Estado contava com a existência de quatro setores dentro do Estado: (1) o núcleo estratégico do Estado, onde são definidas as leis e políticas públicas; (2) as atividades exclusivas do Estado, onde é exercido o poder de legislar e tributar; (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, onde são aqueles que embora não envolvam poder de Estado, o Estado realiza ou subsidia porque considera de grande relevância para os direitos humanos ou, porque envolvem economias externas; (4) a produção de bens e serviços para o mercado, o Estado realiza as ações através das empresas de economia mista, que operam em setores de serviços públicos ou em setores considerados estratégicos.

Para Paes de Paula (2005), Bresser-Pereira (1996) objetivava com a reforma reorganizar o aparelho do Estado e fortalecer seu núcleo estratégico, bem como a transformar o modelo de administração pública vigente. Segundo Mariz (2014), Bresser Pereira objetivava implantar um Estado social-liberal, que, segundo ele, protegeria os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais e seria mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão dos serviços de saúde, educação, cultura e assistência social.

Paes de Paula (2005) afirma que a administração pública conduzida pelo Estado, além de se organizar pela vertente gerencial, se organizou também através da vertente societal, esta foi orientada a incluir a participação da sociedade. Essa vertente busca construir e implementar um projeto político capaz de subverter o padrão autoritário das relações entre Estado e sociedade.

Enfatiza-se, ainda, que a proposta de administração pública societal orientava-se a buscar soluções para problemas com estímulo do potencial produtivo e à participação cidadã. É associada à capacidade cultural do país, visão de globalização que preserva o projeto nacional, utiliza-se de tecnologias disponíveis para alcançar um novo patamar civilizatório.

A proposta gerencial possui pontos relevantes para a administração pública, existe uma clareza em relação à organização do aparelho do Estado e métodos de gestão, alguns métodos gerencialistas vêm melhorando a eficiência do setor público, especialmente no campo econômico e financeiro. De acordo com Ribeiro et al. (2013), as reformas da administração pública contribuíram, também, para melhorar a capacidade de decisão política e para a descentralização do Estado, com a implementação de coordenação horizontalizada e modernização do potencial humano de gestão.

Apesar de se observar avanços no setor público, a proposta gerencial apresenta algumas limitações, ou seja, o processo decisório é centralizado e não estimula a elaboração de instituições políticas mais abertas à participação popular; enfatiza mais as dimensões estruturais do que as dimensões sociais e políticas da gestão, não há uma proposta nova de organização do aparelho do Estado. O cenário político do qual emergiu as reformas administrativas demonstrou que:

As reformas da administração pública apresentaram documentos estratégicos que não forneciam qualquer prazo para alcançar os objetivos propostos, sem a presença de indicadores numéricos e benchmarks. Além disso, as reformas não foram suficientemente enraizadas nas mentes dos governantes e gestores que são os responsáveis por aplicá-las. A Institucionalização das reformas foi considerada embrionária, demonstrando um quadro institucional frágil (RIBEIRO et al., 2013, p. 2).

Paes de Paula (2005) afirma que a nova administração pública experienciada está sempre em processo de reinvenção e, enquanto houver vitalidade democrática, permanecerá como um projeto inacabado. Destarte, trata-se de uma construção social contínua e inacabada, o que há são alguns parâmetros e ideias orientadoras, sua criação é um esforço que acontece cotidianamente e seus resultados dependem da escolha dos sujeitos envolvidos, uma vez que trata de um processo participativo.

Embora os métodos gerencialistas tenham apresentado algumas fragilidades, conforme aponta Ribeiro et. al (2013), estudos demonstram que, na década de 1990, foi perceptível um significativo reconhecimento da participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas; Draibe (1992) enfatiza que tais políticas procuravam caminhar sob o impulso das forças democratizantes, para um Estado de bem-estar social, do tipo institucional-redistributivista, cuja concepção era direcionada ao atendimento universal dos direitos sociais, uma vez que o sistema de

proteção social implantado no país se caracterizava por conter traços corporativistas e pela exclusão de amplos segmentos da população ao acesso à cidadania social.

Ainda que se tenha experienciado um momento de redemocratização no país, fruto de uma onda de mobilização da sociedade, o Estado de bem-estar social não se consolidou perfeitamente em solo brasileiro, o que se evidenciou foi a proposta de construção de um padrão de garantia de direitos através da universalização de proteção social. Porém, para Behring (2003), a década de 1990 reproduziu o modelo neoliberal: privatização, focalização, descentralização. No mesmo sentido é a posição de Boschetti (2004), ao argumentar que as políticas sociais implementadas no Brasil não foram capazes de interferir na estrutura das desigualdades econômicas e sociais da população.

A análise de formulação de políticas públicas no Brasil foi intensificada a partir da década de 1980; nesse sentido, Silva et. al. (2017 p. 32) afirmam que o processo de implementação de políticas públicas é proveniente da dinâmica política e das transformações que o país enfrentava, com reformas econômicas e políticas nas áreas de saúde, educação, previdência, saneamento, dentre outras. Buscava-se, portanto, entender quais eram as possibilidades e os óbices para a implantação de mudanças, constitucionalmente inscritas e dependentes de decisões governamentais.

A definição de políticas públicas não é uniforme entre os estudiosos no tema. Para Souza (2003), política pública é um campo do conhecimento que objetiva analisar essa ação governamental (dada como variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo dessas ações ou entender por que ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente).

Höflin (2001, *apud* PAESE; AGUIAR, 2012) se refere a políticas públicas como formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Se políticas públicas são o “Estado em ação”, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Para Mincato (2012 p. 93), as políticas surgem de problemas econômicos estruturais e também dos problemas estatais (políticos, administrativos e financeiros) que elas próprias engendram, e que a sociedade civil, por seus próprios meios, não consegue resolver.

Mincato enfatiza, ainda, que o processo de análise de políticas públicas é orientado a considerar os elementos estruturais do funcionamento da sociedade e do

Estado, bem como os aspectos históricos e conjunturais, tais aspectos evidenciam que as políticas públicas são formadas a partir do surgimento, tratamento e resolução de uma questão social. A questão social é definida como:

Problema social em relação ao qual os agentes estatais e sociais adotam posições. Trata-se do processo através do qual um assunto passa a ser socialmente questionado, tornando-se uma questão que o Estado manifesta a intenção de resolver, por meio de uma decisão ou de um conjunto de decisões políticas, e que os diferentes agentes sociais afetados pela mesma também tomam posição, produzindo uma rede de relações sociais que formam um processo social (MINCATO, 2012, p. 93).

Partindo do pressuposto que política pública pode ser compreendida como um conjunto de ações que o governo elege como mais importantes em detrimento de outras questões, faz-se necessário entender que aspectos são mais relevantes na elegibilidade da agenda governamental.

Kingdon (1995, p. 228), considera que o reconhecimento de problemas é o passo crítico para o estabelecimento de agendas. Para o autor, as chances de certo tema assumir lugar de destaque em uma agenda são decididamente maiores se estiverem associadas a um problema importante; uma vez que o problema é definido como urgente, certos tipos de abordagens são favorecidos e algumas alternativas são enraizadas enquanto outras desaparecem.

Desse modo, os investidores ou formuladores em políticas públicas alocam recursos para convencer as autoridades sobre as suas concepções de problemas, cooptando-as para que percebam os problemas com a mesma magnitude que eles. Kingdon (1995) afirma, ainda, que outro ponto influente na formulação da agenda é o fluxo da política, ou seja, os eventos no meio político (novas eleições, configurações partidárias ou ideológicas) podem ensejar mudanças na agenda política.

No tocante à educação, o período de redemocratização atravessado pelo Brasil possibilitou uma reconfiguração quanto ao tratamento das políticas desse segmento. Desse modo, tal política adquire caráter universal, passa a ser direito de todos e dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. O Artigo 205 dispõe que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete)

anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II) Progressiva universalização do ensino médio gratuito; III) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV) Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII) Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988).

Para Bittencourt (2009), a Constituição Federal de 1988 inaugurou um período de visibilidade das demandas das camadas populares, em que o Estado passou a ser requisitado para efetivar os direitos sociais; entretanto, para o autor, o que se constata é um cenário paradoxal, diante da inexistência de políticas públicas consistentes e contínuas para a educação básica. Bittencourt (2009) analisa que essa situação reflete a falta de planos de Estado executáveis e financiáveis.

No tocante a assistência ao estudante, a Constituição Federal de 1988 prevê o atendimento das necessidades (através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde) somente para aqueles oriundos da educação básica, percebe-se que o público da educação superior não é contemplado nesse espaço de universalização dos direitos sociais.

A proposta de inauguração do Estado de bem-estar social em solo brasileiro apresentado pela Constituição Federal de 1988 não é plenamente efetivada, não adquire solidez em decorrência da instalação da onda neoliberal experienciada por outros países em desenvolvimento.

Fernandes (2012) faz esse indicativo ao afirmar que a década de 1990, as políticas sociais e econômicas estiveram sob a influência da ideologia neoliberal, assim, a educação também não fugiria à regra. A política de educação, conforme aponta a autora supramencionada, foi fortemente induzida pelas exigências contidas nos documentos emitidos pelo Banco Mundial.

Esses documentos traziam a necessidade de uma reforma que garantisse uma maior racionalidade e eficiência do sistema de ensino superior. Em consonância com o que preconizava esse movimento neoliberal, o governo de Fernando Henrique

Cardoso incentivou fortemente a racionalidade e eficiência no ensino superior, conforme aponta Fernandes (2012). As recomendações do Banco Mundial para o ensino superior foram aceitas pelo presidente FHC, como exemplo tem-se:

A aplicação de recursos públicos em instituições privadas, eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia e alimentação), incentivo à privatização desse nível educacional (que demonstra uma tendência à desresponsabilização do Estado). Essas indicações permitem entender que o processo de ampliação do acesso ao ensino superior aconteceria prioritariamente por meio da ampliação da rede privada (FERNANDES, 2012, p. 67).

Esses incentivos geraram ampliação da oferta de vagas nas instituições de ensino superior, porém, observou-se que muitos estudantes encontraram dificuldades financeiras para continuar arcando com as despesas dos cursos, ocasionando dessa forma na evasão, evidenciando assim, o insucesso quanto às recomendações indicadas pelo Banco Mundial e consolidadas pelo governo FHC.

Fernandes (2012) faz uma análise acerca das políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, a pesquisadora aponta que a política adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu o sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior, ocorrendo assim o contingenciamento do financiamento dessas instituições, congelamento de concursos e contratação de professores e técnico-administrativos, bem como os salários de todos os servidores vinculados à essas instituições.

Ainda se reportando às políticas de incentivo ao ingresso e permanência do estudante na educação superior, foi criado em 1999, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes inseridos em instituições de ensino privadas, a finalidade é garantir o acesso ao ensino superior por meio de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, onde o estudante, após a conclusão do curso de graduação realizaria o pagamento de seu curso.

A criação desse programa legitima as intenções do governo federal para com a educação, autores com Pinto (2004) avaliam o FIES mais como um incentivo às instituições de ensino superior privadas do que como um benefício para os estudantes.

Em janeiro de 2001 foi regulamentado o Plano Nacional da Educação pela Lei nº 10.172/2001, nesse plano constavam alguns objetivos concernentes ao ensino superior:

Assegurar a educação superior a pelo menos 30% da população enquadrada na faixa etária de 18 a 24 anos; redistribuir as vagas do ensino superior público entre as diferentes regiões do país, com o máximo de equidade; implantar no país inteiro um sistema integrado de educação a distância; dotar as IES públicas de autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar; instaurar no seio das IES a cultura da avaliação interna e externa e, por fim, incentivar a criação de cursos noturnos. (BRASIL, 2001)

Alguns artigos foram vetados pelo presidente, com ênfase para o que previa a ampliação gradativa da oferta de ensino superior público em 40% e para o que tratava da triplicação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica.

Nessa perspectiva de subserviência aos ditames neoliberais, onde o Estado repassava à iniciativa privada parte de suas responsabilidades (nesse caso o ensino superior) findava o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Fontele (2013) chama a atenção quanto ao cenário político instalado à época do governo FHC, nos dois mandatos do presidente, percebeu-se sucateamento das instituições públicas de ensino superior.

Em 2004, foi instituído no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Universidade para todos (ProUni), pela Medida Provisória nº 213/2004 sendo regulamentado pela Lei nº 11.096/2005, apresenta como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, com isenção de tributos às instituições que aderem ao referido programa. (Portal do MEC).

Algumas condicionalidades são previstas para o ingresso no programa, ou seja, a renda familiar per capita do demandante não poderá ultrapassar 1,5 salário mínimo, para bolsa integral, ou seja, até R\$ 1.497,00¹² e três salários mínimos para bolsas parciais.

Fernandes (2012), ao realizar análises acerca das políticas federais de ingresso e permanência nas instituições de ensino superior, afirma que o PROUNI é uma

¹ Valor do salário mínimo, vigente no ano corrente de 2019.

ferramenta que possibilita a redução das desigualdades sociais, porém a autora afirma que o programa traz marcas da ideologia neoliberal uma vez que existe uma intenção de fortalecimento e sustentação do setor privado de educação superior.

Para a autora, o programa surge acompanhado pela retórica de justiça social e de inclusão das camadas sociais desprivilegiadas, onde o principal indicador é o baixo percentual de alunos com idade entre 18 e 24 anos frequentando o ensino superior, porém esse discurso encobre a pressão das associações representativas dos interesses do segmento privado, justificada pela grande quantidade de vagas ociosas. Destarte, o PROUNI surge como uma grande oportunidade para as instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas (FERNANDES, 2012).

Nesse contexto de ampliação para o acesso e permanência ao ensino superior, foi instituído em 2007 o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, pelo o Decreto nº 6.096/2007, com a promessa de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007).

O REUNI elegeu seis diretrizes norteadoras: ampliação da oferta de educação superior pública; reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica da educação superior; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social da Instituição; suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. No mesmo ano, em 2007, foi instituído também o PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil, esse plano subsidiou a elaboração da Portaria nº 39 – MEC, de 12 de dezembro de 2007, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Essa Portaria considerou “a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”.

O referido Plano Nacional de Assistência Estudantil foi estruturado a partir de estratégias que previam:

Quadro 2 - Recomendações do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
-------	------------------	-------------------

Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital e Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão - Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e - Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: Adaptado FONAPRACE, 2012

Lima e Davel (2016) argumentam que a temática de assistência estudantil no Brasil é importante já que as disparidades sociais apresentam maiores percentuais. Para os autores, ao ingressar no ensino superior, muitas vezes os estudantes possuem condições socioeconômicas precárias para iniciar e permanecer durante a graduação.

E por esse motivo, a assistência estudantil, na qualidade de política pública, pode ser desenvolvida sob a ótica do direito social e como investimento governamental para as IFES. O PNAES surgiu nessa orientação de proporcionar ideais condições de acesso e permanência para aqueles com vulnerabilidade social, porém o programa não foge à regra das políticas sociais implementadas no Brasil no contexto neoliberal.

Mariz (2014), chama a atenção quanto ao caráter seletivo que o referido programa possui; a autora afirma que, embora o programa se destine a promover uma igualdade nas condições de acesso e permanência no ensino superior público (sendo assim, deveria ser acessível a todos); o que se percebe são programas e projetos

pontuais, seletivos, descontínuos e excludentes, posto que não atendem à demanda recebida em sua totalidade e a assistência que é dada aos que conseguem é ainda precária, voltada apenas para resolver problemas circunstanciais.

Nesta mesma perspectiva, o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União - TCU (2012) sinaliza que as IFES enfrentam dificuldades no tocante à operacionalização do PNAES, uma vez que a demanda é muito grande dado o critério de elegibilidade de ingresso no programa, que é de 1,5 salário mínimo. Portanto, a não permanência na instituição é um fator que pode gerar um problema exponencial nesse contexto.

A assistência estudantil deve vislumbrar um atendimento efetivo com vistas a potencializar o processo de formação com qualidade, inserindo o estudante no universo da pesquisa, extensão e da inovação, esse atendimento deve ainda conceber o estudante em sua totalidade, alcançando as diversas demandas que surgem no ambiente acadêmico onde a vulnerabilidade social possa ser considerada em suas diversas facetas, ultrapassando a concepção de assistência estudantil como apenas um repasse financeiro ao estudante com fragilidade socioeconômica. Nesse direcionamento, Assis et.al (2013) informam que os programas relacionados à gestão das políticas de assistência estudantil devem perpassar a questão do enfrentamento da pobreza além das condições de subsistência financeira, podendo analisar outras vertentes da vulnerabilidade social como fatores familiares, culturais, sexuais, étnicos, entre outros.

3 ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) COMO INSTRUMENTOS DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COM FRAGILIDADE SÓCIOECONÔMICA

Este capítulo trata da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O PNAES objetiva, também, atender em caráter prioritário os estudantes com fragilidade socioeconômica ou oriundos da rede pública de educação básica.

Pretende-se, neste capítulo, contextualizar o programa (e as referências anteriores de assistência estudantil), os agentes articuladores e a materialidade da assistência estudantil no Brasil, bem como contextualizar a implementação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil: antecedentes da política de assistência estudantil no Brasil

A assistência ao educando, de acordo com as análises desenvolvidas por Kowalski (2012), foi inicialmente atrelada ao surgimento das universidades, segundo a autora, a assistência estudantil no Brasil apresentou três fases distintas. A primeira ação desenvolvida em prol dos estudantes foi percebida no Governo Washington Luís, em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos (KOWALSKY, 2012).

Esse registro demonstra o aspecto excludente das primeiras políticas de assistência estudantil, ignorando demandas de setores ainda mais fragilizados socioeconomicamente.

Kowalsky (2012) registra outro acontecimento importante no contexto histórico da formação da política de assistência estudantil: na década de 1930, a criação da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, para estudantes pobres. Na mesma década, a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, fazia menção à doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar,

bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica. É relevante considerar que referida Constituição aborda pela primeira vez o ensino profissionalizante voltado às classes mais desfavorecidas, conforme aponta o artigo 129:

[...] O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de associados (BRASIL, 1937).

Com a instituição da União Nacional dos Estudantes (UNE), com apoio do Ministério da Educação, em 1937, a Casa do Estudante do Brasil passou a ser sua sede administrativa. Nesse local eram disponibilizados alguns serviços de assistência, em áreas como saúde, moradia, assistência jurídica, concessão de bolsas, e outras. (RAMALHO, 2013).

A Constituição Federal de 1937, no artigo 130, previa o ensino primário obrigatório e gratuito, porém embora houvesse a gratuidade do ensino, a Constituição previa também a Caixa Escolar, que estabelecia uma contribuição mensal dos estudantes que não tivesse escassez de recursos como forma de solidariedade para com os mais necessitados (BRASIL, 1937).

A Constituição Federal de 1946 também previa atendimento ao estudante, o artigo 166 preconizava que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola (...)” (BRASIL, 1946, p. 47). O artigo 172 estabelecia que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p. 48).

Percebe-se a preocupação em estabelecer mecanismos de atendimento ao estudante com fragilidade socioeconômica, destarte, esses são os primeiros desenhos de formação da concepção de assistência estudantil, quando o Estado é requisitado a colaborar com a formação do estudante de baixa renda, reconhecendo esse público como sujeitos de direitos.

Em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o artigo 90 estabelecia a assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos, e, no artigo 91, a oferta de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial dos estudos, com financiamento para reembolso no prazo de quinze anos.

A LDB (1961) colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes (KOWALSKY, 2012). Segundo Kowalski (2012), havia um forte apelo ideológico embutido no ensino superior brasileiro, no período da ditadura militar, quando se criou a ilusão da inclusão das camadas menos favorecidas; segundo a autora, a Lei da Reforma Universitária de 1968 ampliou o número de vagas nas universidades e, ao mesmo tempo, criou condições para a expansão da rede de ensino particular.

Em 1970, o Governo Federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação, que objetivava manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. Para Kowalski (2012), esses acontecimentos fecham o primeiro ciclo de ações voltadas para o atendimento do estudante.

Nos governos seguintes, esse Departamento foi extinto. Segundo Mariz (2014), com essa extinção, a política de assistência estudantil ficou mais fragilizada, com recursos escassos, as ações foram se restringindo e se resumiram em ações pontuais, fragmentadas e bastante seletivas, que passaram a ser realizadas de acordo “com a boa vontade” dos gestores de cada universidade, sem nenhum parâmetro ou continuidade.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) desvincula o Estado da obrigatoriedade de financiamento de determinadas políticas de educação; conforme aponta o artigo 71: “não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996). Este fato está relacionado ao modelo de gestão neoliberal, de defesa do Estado mínimo.

A segunda fase é marcada pela instituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987, com articulação dos Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.

A história de criação do FONAPRACE está relacionada ao contexto socioeconômico e político do Brasil na década de 80, que foi marcado pelo início do processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a abertura política pós-ditadura militar, caracterizado pelo movimento das

Diretas Já e a aprovação da nova Constituição de 1988. Desde meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes (FONAPRACE, 2012)

O FONAPRACE foi instituído no contexto da Constituinte de 1987. No ano seguinte, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como sendo direito de todos e dever do Estado; assim como as categorias igualdade, acesso, permanência são recepcionadas no artigo 206 da Constituição, corroborando o que a assistência estudantil preconiza. A Constituição de 1988 considera a educação como um direito social que visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205).

Diante desse cenário, ao propor uma educação em que todos os sujeitos passam ter direito, a Constituição de 1988 estabelece que o Estado tem o dever de implementar programas de assistência estabelecendo a complementação de materiais de apoio escolar, transporte, alimentação e saúde aos estudantes matriculados no ensino fundamental (BRASIL, 1988, art. 208).

A assistência ao educando revelava-se, também, segundo Barbosa (2009), como um campo em que prevaleciam concepções paternalistas e clientelistas, traduzidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis. Porém, a partir da Constituição de 1988, percebe-se a ampliação do reconhecimento das demandas da sociedade, sobretudo no tocante à política de educação, passando a ser direito de todos. Kowalski (2012) afirma que a assistência estudantil começou a estruturar-se de forma mais sistemática em algumas IFES nos anos 1990, esse fato pode ser atribuído às elaborações e reivindicações do FONAPRACE.

Estratégias de fomento ao acesso e enfrentamento à evasão seriam basilares para elevar a educação daqueles estudantes com fragilidade socioeconômica, bem como minimizar os efeitos das desigualdades encontradas no ambiente acadêmico, onde muitos têm dificuldades em continuar com seus estudos em decorrência de hipossuficiência econômica.

É neste cenário de exclusão que começa a se consolidar as políticas de acesso e permanência nas Instituições de Ensino Superior. Nesse contexto, Fernandes (2012) identifica que havia uma preocupação com a política de assistência estudantil nas origens da formação do FONAPRACE. O Fórum contribuiu para incluir o tema da

assistência estudantil no Plano Nacional de Educação, propondo metas e formas de financiamento (FERNANDES, 2012).

Em 1997, o FONAPRACE promoveu o estudo “Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES”, essa pesquisa foi aplicada em 44 IFES, das 52 existentes à época. A pesquisa apontou que:

- 44,29% estudantes demandavam por programas assistenciais nessas instituições, são estudantes oriundos das classes C,D,e E, apresentando demanda potencial por ações de assistência estudantil;
- 83,69% dos estudantes optam por pelas IFES por oferecerem cursos gratuitos;
- 53,03% buscam as IFES pela qualidade no ensino;
- 60,60% necessitam de transporte para o deslocamento para IFES;
- 42,04% desenvolvem atividades remuneradas não acadêmicas;
- 45,02% são provenientes das escolas públicas;
- 23,31% residem fora do seu contexto familiar (FERNANDES, 2012, p. 125).

Segundo Fernandes (2012), essa pesquisa do FONAPRACE resultou na solicitação de inclusão da assistência estudantil no Plano Nacional de Educação. Tal solicitação foi aceita e o Plano Nacional de Educação, de 2001, determinou a “adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (FONAPRACE, 2012).

Fernandes (2012) pontua em suas avaliações que essas pesquisas foram de fundamental importância, pois indicaram parâmetros para definir melhor as diretrizes para a elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos pelas instituições. Com a estruturação das IFES (ampliação de programas de alimentação, bolsas e moradias universitárias), a assistência estudantil ganha visibilidade bem como espaço para um caminho de legitimação.

A terceira fase de instituição e reconhecimento da assistência estudantil como política pública é percebida nos anos 2000 (KOWALSKY, 2012). Os dois principais marcos da terceira fase são a instituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil e a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, ambos em 2007. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que estabelece, em seu artigo 1º que “tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior”; o referido decreto especifica que o REUNI tem como uma das diretrizes a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

Em seguida, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, converte o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES como “Política de Estado e não apenas de Governo” (FONAPRACE,2012). O referido Decreto sintetiza os objetivos do PNAES:

- a) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- b) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- c) reduzir as taxas de retenção e evasão;
- d) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2007).

O conteúdo da Portaria nº 39/2007-MEC é mantido quase que integralmente pelo Decreto nº 7.234/2010. Das poucas alterações, destaca-se, conforme chama a atenção Ramalho (2013), a inclusão do item “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (art. 3º, §1º, X, p. 1). Além disso, no Decreto (documento mais recente), ficam fortalecidos os objetivos de favorecer a permanência do aluno e reduzir a evasão e a retenção por meio de ações subsidiadas pela política em questão.

É importante frisar que o PNAES dispôs que as ações de assistência estudantil deverão ser realizadas por instituições federais de ensino superior, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme aponta o artigo 4º:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente”. (BRASIL, 2010)

Oliveira (2016), informa que a educação profissional só seria incluída no decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, pois tinha como finalidade conferir à política de assistência estudantil um caráter mais amplo e institucionalidade mais densa.

No âmbito dos Institutos Federais, o PNAES não foi implementado de modo uniforme, conforme aponta Oliveira(2016): o estabelecimento de normas internas do PNAES ocorreu em momentos diferentes, sendo a maioria (71%), após as recomendações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, através do Ofício nº 42, de 03 de maio de 2011, para que os Institutos implementassem as ações por meio de uma regulamentação própria e ainda

indicando que os recursos para o custeio das ações seriam ampliados e alocados diretamente no orçamento das instituições.

A autora aponta que para implementação do PNAES nos Institutos, o aporte de recursos entre 2010 e 2011 aumentou 262%. A partir de então, os aumentos permaneceram, porém em percentuais menores 4,03% de 2011 para 2012, 35,32% de 2012 para 2013 e 40,57% desse ano para 2014, chegando, no último ano, ao montante de R\$ 416.245.461,85.

A divisão de recursos teve como parâmetro as orientações da SETEC por meio de Ofício nº 21, de 10 de fevereiro de 2011, ou seja, deveriam ser consideradas a quantidade de matrículas, as ações de acompanhamento dos beneficiários, e estabelecimento de normas de funcionamento das ações de assistência no interior de cada Instituto (Oliveira, 2016).

O Programa determina critérios mais detalhados acerca de quais estudantes necessitam ser atendidos em caráter prioritário, ou seja, o parágrafo único do decreto define que as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Esse documento estabelece um limite de renda para que os estudantes ingressem no Programa, ou seja, o público prioritário a ser atendido são os alunos que cursaram a educação básica na rede pública ou com fragilidade socioeconômica, conforme preconiza o artigo 5º: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

Apreende-se que as ações se tornam mais focalizadas, uma vez que se restringe um patamar de renda dos estudantes, porém visualiza-se um alargamento de ações, estas transitam em todas as áreas dos direitos humanos, onde o estudante é assistido em sua totalidade, ou seja, o Decreto nº 7.234/2010 assegura moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Concorda-se com Oliveira (2016) ao afirmar que o PNAES se direcionou para aqueles com maior necessidade, contudo, o atendimento passou a realizar-se não mais como amparo condicionado à disponibilidade orçamentária das próprias

instituições, mas como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e importante instrumento para a ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino público federal.

3.2 A Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE): fundamentos orientadores

Inicialmente, o IFPI não dispunha de regulamentação específica nem recursos orçamentários próprios nas ações de assistência estudantil, sendo a oferta de benefícios aos estudantes mantidos com recursos de diversos setores ou departamentos da instituição (IFPI, 2014).

Rêgo e Rodrigues (2009) afirmam que as ações voltadas aos estudantes foram materializadas a partir de 1910 com a instalação da antiga Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí; nesse período, era oferecido apenas o lanche da tarde por não dispor de refeitório para atender as demandas estudantis.

Apenas em 1930 foi construído o refeitório da escola, onde eram servidas três refeições diárias (café, almoço e lanche). Entre 1964 e 1966, houve redução na oferta de refeições, sendo logo em seguida desativado. Em 1971, a oferta é retomada, depois de firmado convênio com a Fundação Nacional de Merenda Escolar do Ministério da Educação, passando a oferecer aos estudantes apenas lanches.

Entre 1974 e 1992, o serviço passou por ajustes. Em 1998, com a implantação do Programa de Atendimento Alimentar (PAA), o refeitório passou a oferecer duas refeições principais (almoço e jantar). Rêgo e Rodrigues (2009) ressaltam que apenas um lanche não atendia as reais necessidades dos estudantes, visto que o público estudantil é eminentemente adolescente proveniente de famílias com fragilidade socioeconômica, não dispondo de tempo e nem de recursos financeiros para se deslocarem às suas residências e fazerem as refeições.

Quanto à oferta de recursos financeiros destinados a estudantes de baixa renda, Rêgo e Rodrigues (2009) informam que, em 1950, foi criada a Caixa Escolar, com a finalidade de: “proporcionar ajuda financeira e assistencial a alunos “carentes”, bem como colaborar com excursões, visitas, passeios, festividades e promoções escolares com fins educativos”.

Em 1970, foi implantado o Programa de Bolsas Escolares com garantia de recursos provenientes do Departamento de Assistência ao Educando do MEC/DAE

destinado a bolsa trabalho. Em 1997, foi criado o Programa de Atendimento ao Educando (PAE), implementado pela Gerência de Apoio ao Ensino, cujo objetivo era “atender alunos oriundos de famílias de baixa renda, com vistas a proporcionar ações minimizadoras das disparidades sociais existentes na comunidade estudantil”. (RÊGO; RODRIGUES, 2009).

O PAE previa, ainda, a complementação de recursos financeiros através de bolsas, bem como assistência psicossocial e pedagógica. As ações eram executadas por professores e profissionais da área da Pedagogia, ressalta-se que a assistência estudantil era vinculada ao ensino e foi desenvolvida pelos mesmos profissionais que já atuavam através da Coordenação de Apoio ao Educando, cuja Coordenadora era docente do IFPI e tinha formação em Serviço Social (IFPI, 2014).

A assistência estudantil, orientada por programas como o PNAES, foi institucionalizada no IFPI de forma integrada às ações relacionadas à inclusão social e ações afirmativas, bem como preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional. O documento supracitado, em seu artigo XI, tem como objetivo:

Implantar um programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes nos Campi (PDI, 2010, p. 22)

Entre as ações previstas está a concessão de auxílio financeiro aos alunos de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, tais como: Iniciação ao Trabalho, Transporte, Alimentação, Moradia, Apoio a Aprendizagem; e oferta de projetos de apoio técnico-científico e profissional, tais como: Monitoria, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programas de Iniciação Científica (PIBIC e PIBIC Jr) e Projetos de Extensão (IFPI, 2014).

Em 2014, o PAE é extinto, sendo substituído pela Política de Assistência Estudantil do IFPI - POLAE. A POLAE foi instituída pela Resolução nº 014 do Conselho Superior do IFPI, de 08 de abril de 2014. Essa Política de Assistência Estudantil surge a partir da avaliação das experiências profissionais das equipes multiprofissionais que integravam os setores ligados à assistência estudantil dos *campi* e à Pró-Reitoria de Extensão, por meio do Departamento de Extensão Comunitária (IFPI, 2014).

A POLAE visa dois objetivos: “reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes, através de programas voltados àqueles, especialmente, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social; e propiciar a formação integral dos estudantes a partir de programas diversificados que assistam os estudantes na sua complexidade frente às distintas necessidades” (IFPI, 2014).

A Política de Assistência Estudantil (POLAE) no âmbito do IFPI se traduz como um mecanismo de visibilidade social, uma vez que os estudantes que ingressam na instituição são, em sua maioria, fragilizados socioeconomicamente e necessitam de ações que minimizem os efeitos das desigualdades tão presentes no contexto acadêmico. Destarte, estratégias para acesso, permanência e êxito acadêmico são repensadas com vistas a potencializar a formação com qualidade, é neste direcionamento que se justifica e se legitima a assistência estudantil no IFPI.

A mesma é definida como “um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico” (IFPI, 2014).

A referida política obedecerá aos seguintes princípios:

I - Gratuidade do ensino; II- garantia de igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso no IFPI; III - formação ampliada na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes; IV - garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; V - defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica. VI - Promoção da inclusão social pela educação; VII - divulgação ampla dos serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão; VIII - orientação humanística para o exercício pleno da cidadania. IX - Participação política dos estudantes a quem se destina esta Política, na perspectiva de cidadania (IFPI, 2014).

As ações de atendimento ao estudante previstas na POLAE são delineadas a partir de programas divididos em duas categorias: os Programas Universais, cujo objetivo é contribuir com ações de atendimento às necessidades básicas e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos estudantes no processo educacional, e o Programa que prevê atendimento ao estudante em vulnerabilidade social (Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade

Social - PAEVS). Os Programas Universais são divididos conforme demonstra o quadro 3:

Quadro 3 - Organização dos Programas Universais

	Atendimento ao estudante	Desenvolvimento Técnico Científico	Necessidades Educacionais Específicas
PROGRAMAS UNIVERSAIS	Finalidade: Oferta de ações e serviços de acompanhamento no processo de ensino, incentivo à participação política acadêmica, à cultura e ao esporte, além de provimento de alimentação básica aos estudantes.	Finalidade: Desenvolvimento de programas de natureza técnico-científica que possam contribuir com a formação cultural, científica e ética do estudante. Fomento ao desenvolvimento técnico-científico dos estudantes por meio de benefícios pecuniários que estimulem a produção do conhecimento bem como incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos.	Finalidade: Garantir aos estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme item III do art. 6º, as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, em conformidade com a Política de Diversidade e Inclusão do IFPI.
	Como se consolida: a) Alimentação estudantil; b) Assistência à Saúde do Estudante; c) Acompanhamento e Suporte ao Ensino; d) Incentivo à Participação Política Acadêmica, Cultural e Esportiva;	Como se consolida: a) Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI; b) Projetos de Monitoria; c) Projetos de Iniciação Científica: PIBIC e PIBIC Jr; d) Projetos de Extensão e) Projetos de Visitas Técnicas	Como se consolida: As ações serão operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE em conjunto com setores afins.

Fonte: Diniz, 2019 adaptado IFPI (2014)

Os programas universais, como o próprio nome sugere, propõe-se a atender as mais variadas formas de necessidades que surgem cotidianamente no universo acadêmico, há, portanto, um entendimento de uma cobertura ampliada, dessa forma, oportuniza-se ao estudante ações diversificadas no tocante à garantia de uma

formação com qualidade, desse modo, corrobora-se com Cislaghi e Silva (2012 p. 508) ao afirmarem que:

Em resumo, a luta pela ampliação da educação pública em todos os níveis está associada à luta por medidas que garantam a permanência dos estudantes desde o transporte, a alimentação e moradia, até suporte acadêmico, bibliotecas e laboratórios de informática. Independente de alguns avanços terem sido conquistados na ampliação de garantias materiais objetivas em algumas universidades e para alguns estudantes, não se pode perder de vista a perspectiva da universalidade na garantia da assistência estudantil como direito, a partir de equipamentos coletivos com a participação democrática dos estudantes na gestão, garantindo autonomia universitária na utilização dos recursos e recursos suficientes para as necessidades locais (CISLAGHI E SILVA,2012,p. 508).

Já o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS- surge frente à “necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (IFPI, 2014).

O termo vulnerabilidade social referenciado pelo programa se fundamenta no Plano Nacional de Assistência Social de 2004, refere-se, portanto, a “um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo” (IFPI,2014).

Percebe-se que o programa surge alinhado ao que preconiza o parágrafo único do artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010. O PAEVS se caracteriza por ser mais focalizado e ter em sua estrutura fatores condicionantes, ou seja, o atendimento é direcionado àqueles com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, devem ainda apresentar condições de vulnerabilidade social e estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas (IFPI, 2014).

A implementação do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social se efetiva através de repasse financeiro ao estudante ou em prol dele, no caso da Moradia Estudantil, denominado de benefício (IFPI, 2014). Os benefícios foram divididos em: Benefício Permanente, Benefício Cultura, Benefício Atleta, Benefício Eventual e Moradia Estudantil. Os mesmos se apresentam da seguinte forma:

1. **Benefício Permanente:** trata-se de benefício concedido ao estudante durante o percurso acadêmico, a partir do resultado do processo seletivo por Edital sendo reavaliado no final do período letivo ou no início do período letivo subsequente, pela Coordenação/Comissão de Assistência Estudantil. Obedecerá aos seguintes valores: R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 150 (cento e cinquenta reais), R\$ 200 (duzentos reais), R\$ 300 (trezentos reais) e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), estabelecidos a partir de análise socioeconômica, considerando a renda per capita familiar e os agravantes sociais.

2. **Benefício Cultura:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante, como incentivo à participação do mesmo em atividades culturais de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades. O mesmo será concedido ao estudante durante seu percurso acadêmico e enquanto comprovar a sua participação em atividades culturais de representação do IFPI e será reavaliado com as mesmas condições exigidas para o Benefício Permanente.

3. **Benefício Atleta:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo à participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades. O referido benefício será concedido ao estudante durante seu percurso acadêmico e enquanto comprovar semestralmente a sua participação em atividades desportivas de representação do IFPI e será reavaliado sob as mesmas condições exigidas para o Benefício Permanente.

4. **Benefício Eventual:** disponibilizado ao estudante que vivencia situação extraordinária de vulnerabilidade socioeconômica agravante que possa interferir no contexto acadêmico. O benefício busca suprir necessidades extraordinárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros. A concessão do benefício está atrelada à observação de algumas condicionalidades: disponibilidade de recursos financeiros para tal fim; comprovação de que o estudante possui renda per capita familiar de até meio salário mínimo; apresentação de documentos comprobatórios que justifiquem a necessidade do benefício; relevância do benefício solicitado para o desenvolvimento acadêmico do estudante.

5. **Moradia Estudantil:** Trata-se de recursos financeiros, repassado aos campi, para assegurar o funcionamento e a manutenção de moradia ou alojamento estudantil nos campi que já dispõe desse serviço (IFPI, 2014).

Para a permanência do estudante no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, o artigo 18, §2º da POLAE estabelece que o estudante, obrigatoriamente, deverá passar por uma reavaliação feita pela coordenação/comissão de assistência estudantil, na qual serão consideradas algumas condições, entre elas:

- I – Manter os critérios para ingressar, conforme discriminado no § 1º;
 - II – Possuir frequência mínima de 75% das aulas no período letivo vigente.
 - III – Ter participado de atendimentos, espontaneamente ou quando convocado, junto a Coordenação/Comissão de Assistência Estudantil ou de outras ações promovidas por esta.
 - IV - Cumprir seus deveres condizentes com a organização didática.
 - V – Apresentar compromisso com o processo educacional, tendo buscado serviços que favoreçam o processo de aprendizagem como PRAEI, monitoria, atendimento pedagógico e/ou psicológico, e atividades extraclasses, dentre outros, com vistas à evolução no rendimento acadêmico.
- § 3º A reprovação do estudante no período letivo vigente não será considerada critério para exclusão deste no Programa, se for constatado o cumprimento das condicionalidades acima estabelecidas.
- § 4º Ocorrerá o desligamento do estudante no programa, esgotadas todas as estratégias de acompanhamento e com a ciência dos pais ou responsáveis, no caso do estudante ser menor de idade.
- § 5º Os casos em que o estudante for transferido para outro campus, este considerará a análise socioeconômica do campus de origem; entretanto, a continuidade do benefício estará condicionada a disponibilidade de recurso financeiro.
- § 6º Os casos em que o estudante mudar de curso, este deverá passar por reavaliação para continuidade do benefício (IFPI, 2014).

É importante frisar que a POLAE passa por alteração a partir da Resolução do Conselho Superior (CONSUP) do IFPI nº 027, de 19 de abril de 2016, esta resolução alterou o texto original resultando em critérios para a permanência do estudante no programa acima referenciado, a alteração foi resultado do processo de trabalho realizado pelas Comissões de Assistência Estudantil nos *campi* ao reconhecer a importância da contrapartida do estudante ao receber o auxílio pecuniário.

O texto original sinalizava que a permanência do estudante no programa estava condicionada apenas à frequência no curso, tendo efeitos somente sobre a evasão. Após a alteração, há um conjunto de ações onde são exigidos dos estudantes compromissos com o processo de ensino aprendizagem, assim, a observação desses critérios enseja na frequência, bem como no êxito acadêmico.

A POLAE prevê também critérios de desligamento do estudante no PAEVS, dessa maneira, o desligamento se efetiva através da observação das seguintes normas:

- I - Trancar matrícula ou evadir-se da escola;
- II - Cometer ato indisciplinar grave de acordo com a Organização Didática da Instituição;
- III - Superar as condições de vulnerabilidade social inicialmente identificadas;
- IV - Permanecer na reiterada falta de assiduidade às aulas sem justificativa;
- V - A observação do § 4 do art.18 (IFPI, 2014).

A Política de Assistência Estudantil do IFPI estabelece ainda a participação de atores responsáveis pelo gerenciamento, cujo objetivo é dar um suporte à operacionalização, efetivação e consolidação das ações. Essa gestão é composta pela Diretoria de Assistência Estudantil e pelas Coordenações de Assistência Estudantil, conforme disposição de função gratificada ou por uma Comissão de Assistência Estudantil, cujos integrantes são designados pelas respectivas Diretorias Gerais, as quais estão subordinadas.

A Diretoria de Assistência Estudantil é compreendida como a unidade organizacional responsável por planejar, desenvolver, orientar e monitorar a Política de Assistência Estudantil do IFPI. A Coordenação ou Comissão de Assistência Estudantil dos *campi* é responsável por organizar, executar, coordenar e controlar as atividades da Política de Assistência Estudantil. Compete à Coordenação ou Comissão de Assistência estudantil dos *campi*:

- I – Executar as ações da Política de Assistência Estudantil;
- II – Realizar o acompanhamento periódico da execução da Política de Assistência Estudantil nos *campi*;
- III – Realizar avaliação sistemática a fim de analisar os resultados de permanência e êxito escolar dos estudantes beneficiários do Programa de Vulnerabilidade socioeconômica desta Política.
- IV – Elaborar Plano de Trabalho anual de ações na área da Assistência Estudantil;
- V – Verificar e acompanhar a frequência mensal e o aproveitamento escolar bimestral dos usuários do Programa de Vulnerabilidade socioeconômica desta Política;
- VI – Informar à Diretoria de Assistência Estudantil a demanda de recursos necessários para a execução da Política de Assistência Estudantil;
- VII – Encaminhar ao setor de Contabilidade do campus folha de pagamento mensal dos estudantes beneficiários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Socioeconômica, quais sejam: Benefício Permanente, Benefício Atleta, Benefício Cultura,
- VIII – Informar periodicamente ao setor de contabilidade do campus a aplicação dos recursos para a Assistência Estudantil;
- IX – Prestar esclarecimentos sobre a Política de Assistência Estudantil no campus aos estudantes e demais membros da comunidade escolar;
- X – Realizar anualmente Fóruns de Assistência Estudantil nos *campi* com a participação da comunidade estudantil, para fins de discussões das ações, avaliação e análise de novas propostas para a temática.
- XI – Desenvolver outras atribuições afins.

- XII – Divulgar junto à comunidade estudantil os programas previstos na política de assistência estudantil;
- XIII – Acompanhar a execução do orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;
- XIV – Solicitar aos setores responsáveis a atualização de cadastro dos estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil;
- XV – Articular os setores comprometidos com a exequibilidade da política de assistência estudantil;
- XVI – Elaborar relatórios dos programas em atividade em parceria com demais setores responsáveis;
- XVII – Dar visibilidade às ações desenvolvidas no campo da Assistência Estudantil na perspectiva de consolidá-la;
- XVIII – Planejar e executar o acompanhamento educacional e sócio familiar dos estudantes (IFPI, 2014).

Evidencia-se uma série de ações requisitadas às Comissões de Assistência Estudantil com o objetivo de uma execução e operacionalização da política com mais qualidade aos discentes, esse trabalho só é possível com a intervenção de profissionais de diversas áreas, dessa forma, o trabalho desenvolvido pelas Comissões de Assistência Estudantil nos *campi* é realizado por equipe multiprofissional, podendo ser composta pelos seguintes profissionais:

- I - Assistente Social
- II - Psicólogo
- III - Pedagogo
- IV - Técnico em Assuntos Educacionais
- V - Nutricionista
- VI - Médico
- VII - Enfermeiro
- VIII - Odontólogo
- IX - Docente
- X - Outros profissionais de áreas afins (IFPI, 2014).

A composição das equipes é orientada pelos órgãos gestores e instituições de fiscalização das ações da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. A exemplo, citam-se: as recomendações da SETEC, de que houvesse “envolvimento dos setores de assistência social, coordenação pedagógica, psicologia” (OLIVEIRA, 2016).

A previsão de equipe interdisciplinar na POLAE é preconizada pela importância de ter diversos saberes profissionais no que tange às demandas estudantis, Dutra e Santos (2017) sinalizam a pertinência de ter na estrutura da assistência estudantil esses profissionais:

A gestão da AE nas IFES pode ser concebida de uma maneira mais centralizada, restrita à atuação dos pró-reitores da área nas universidades, ou mais democrática, contando com a participação de estudantes e técnicos-administrativos, os quais podem trazer suas contribuições para o desenvolvimento de uma AE mais comprometida com as realidades de seu público-alvo, possibilitando reflexões a partir do olhar de demandante/usuário e também de profissional que traz conhecimentos específicos, viabilizando a construção de uma política de AE mais abrangente no que se refere à elaboração de projetos e ações nas diversas áreas estratégicas definidas pelo PNAES e mais democrática em sua elaboração e execução (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 174).

O acompanhamento das ações da política de assistência estudantil é realizado pelas Coordenações ou Comissões de Assistência Estudantil, sendo previsto no Capítulo VII da referida política:

Art. 44 A Coordenação de Assistência Estudantil/Comissão de Assistência Estudantil dos campi deverá estabelecer um Plano de Trabalho para o planejamento anual de ações, orientadas pelas áreas estratégicas estabelecidas no PNAES, devendo ser consideradas as especificidades de cada campus e o público-alvo desta Política.

Art. 45 A Coordenação de Assistência Estudantil/Comissão de Assistência Estudantil dos campi deverá desenvolver estratégias a fim de realizar o monitoramento da frequência mensal e aproveitamento escolar bimestral dos usuários do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social;

Parágrafo único – A execução do monitoramento está vinculada à alimentação de dados de frequência e rendimento acadêmico dos discentes pelos docentes, conforme orienta a organização didática.

Art. 46 A Coordenação de Assistência Estudantil/Comissão de Assistência Estudantil dos campi deverá elaborar relatório de avaliação semestral das ações voltadas à permanência que foram desenvolvidas junto aos estudantes (IFPI, 2014).

O acompanhamento das ações realizadas pelos profissionais que compõe as Comissões de Assistência Estudantil necessitou a implementação de um instrumento que fosse capaz de dar mais efetividade aos serviços empreendidos por essa equipe, desse modo, surgiu o Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante - SIFAE.

O referido sistema possibilita um acompanhamento mais aproximado das demandas, nele é possível realizar agendamentos, atendimentos, cadastro de beneficiários nos Programas previstos na política, visualizar a quantidade de estudantes beneficiários, possibilita a gestão financeira e o quantitativo de comensais nos restaurantes dos campi, permite ainda o controle referente ao financeiro do setor de saúde, dentre outras ações. Esse sistema subsidia uma intervenção profissional com mais qualidade, uma vez que se utiliza de meios informatizados rompendo com posturas burocráticas tão presentes nas instituições.

É importante frisar que a política de assistência estudantil será executada com recursos orçamentários provenientes da Ação Orçamentária 2994, que trata da Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 e outros programas e ações que convirjam para a efetividade da assistência estudantil (IFPI, 2014). Neste direcionamento, o orçamento da assistência estudantil para IFPI disponibilizados pelo Governo Federal nos anos de 2014 a 2019 podem ser visualizados no quadro 4.

Quadro 4 - Orçamento da assistência estudantil do IFPI

Orçamento 2014 (R\$)	Orçamento 2015 (R\$)	Orçamento 2016 (R\$)	Orçamento 2017 (R\$)	Orçamento 2018 (R\$)	Orçamento 2019 (R\$)
9.754.118,99	11.500.000,00	13.594.451,00	13.966.284,2	2.629.712,98	3.372.032,82

Fonte: Pró - Reitoria de Extensão. Diretoria de Assistência Estudantil, 2019.

Observa-se a redução de recursos voltados à assistência estudantil entre os anos 2017 e 2019, tal fato pode ser reflexo da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que trata do congelamento dos gastos nas áreas da saúde, educação.

Pereira et al (2017) afirmam que, em relação ao orçamento da educação, o novo regime fiscal afeta as despesas ao nível da União (responsável pela gestão de Universidades, Institutos e Escolas Federais, e pelo apoio financeiro via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aos Estados e municípios). Segundo o Estudo Técnico nº 24, que trata da análise dos impactos no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024, as seis metas estão próximas de serem cumpridas até 2024 sem necessidade de aporte significativo de recursos da União, somente com esforço dos Estados, municípios e do Distrito Federal, são elas:

Meta 2 - Ensino Fundamental: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 4 - Educação Especial: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 6 - Educação integral: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Meta 13 - Titulação de Professores da Educação Superior: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14 - Pós-graduação: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 19 - Gestão Democrática: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (TANNO, 2016, p. 4, grifo nosso).

As outras 14 metas do Plano Nacional de Educação demandam expansão de gastos por parte de todos os entes federados. A meta 12 é de responsabilidade precípua da União:

Meta 12 - Educação Superior: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL - PNE, 2014b).

As conclusões de Tanno (2016), previstas na Nota Técnica nº24, são:

O Novo Regime Fiscal, ao limitar a despesa primária total à despesa realizada em 2016 e corrigida pelo IPCA (art. 102), considerada a expansão das despesas obrigatórias, em especial as previdenciárias e assistenciais, compromete a execução das políticas educacionais previstas na Constituição e no Plano Nacional de Educação.

Desse modo, os cortes anunciados através do novo regime fiscal poderão ensejar retrocessos na efetivação da política de educação, sobretudo no campo da assistência estudantil. Nesse contexto de cortes, torna-se urgente a defesa da garantia de ações que potencialize o acesso e a permanência de estudantes no espaço educacional.

4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO BENEFÍCIO PERMANENTE: O CASO PARNAÍBA NO PERÍODO DE 2015 A 2018

Este capítulo pretende expor os resultados da pesquisa refletindo sobre os indicadores educacionais dos estudantes contemplados com o Benefício Permanente atendidos no período de 2015 a 2018. Faz-se uma breve contextualização acerca do IFPI bem como do Campus Parnaíba como locus de implementação da POLAE, discute-se sobre a eficácia do Benefício Permanente sobre os indicadores educacionais, expondo-se as taxas de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes beneficiários. Em seguida, apresentam-se estratégias institucionais com vistas a diminuir as taxas de evasão e reprovação no Campus Parnaíba.

4.1 Contexto da pesquisa: Campus Parnaíba como locus de implementação da POLAE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas. Agrega a formação acadêmica e preparação para o mercado de trabalho, possui natureza jurídica de autarquia sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (IFPI, 2018).

Sua estrutura multicampi e pluricurricular revela o compromisso em disseminar o conhecimento através do ensino público, gratuito, democrático e de excelência para as mais diversas regiões do Estado. Apresenta como sedes, as unidades de Angical, Cocal, Campo Maior, Corrente, Campus Avançado Dirceu Arcoverde, Floriano, Campus avançado José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí e Valença.

O IFPI tem como função social promover educação científica, tecnológica e humanística, visando à formação integral do aluno, com o intuito de torná-lo um cidadão crítico-reflexivo, portador de competência técnica e ética, comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, em condições de atuar no mundo do trabalho. (IFPI, 2018).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi considerado o Campus Parnaíba, localizado na segunda maior cidade do Estado do Piauí, com população estimada de 152.653 habitantes no ano de 2018, segundo os dados do IBGE. Foi inaugurado em 14 de novembro de 2007, período em que ocorreu a expansão da Rede Federal de Ensino Tecnológico.

Carvalho (2013), aponta que a decisão para a implementação de um campus na cidade de Parnaíba pautou-se nas características que a cidade possuía como centro de desenvolvimento regional que impulsionaria o arranjo produtivo local de toda uma mesorregião, a do Delta do Parnaíba, que se destaca no cenário nacional e internacional pelo seu potencial turístico e agroindustrial.

Com a implantação do campus, foram ofertados três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática; em 2008, foram criados os cursos de Licenciaturas em Química e Física e o Curso Proeja voltado para a formação de jovens e adultos na modalidade de educação profissional em nível técnico.

Atualmente os cursos ofertados são na modalidade técnico integrado ao médio (Edificações, Informática e Eletrotécnica), modalidade técnico concomitante/subsequente (Edificações, Informática, Eletrotécnica e Administração) e superior no eixo de tecnologia (Processos Gerencias) e Licenciaturas (Química e Física).

No primeiro semestre de 2018, o campus registrou 909 estudantes regularmente matriculados distribuídos nas seguintes turmas: 293 estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao médio; 323 nos cursos superiores e 293 estudantes inseridos na modalidade técnico concomitante/subsequente, conforme aponta especificamente a distribuição das matrículas no quadro abaixo.

Quadro 5 - Oferta regular de cursos por nível e modalidade de ensino no Campus Parnaíba

Nível	Modalidade	Curso	Matrículas
Técnico	Técnico Integrado	Edificações	102
		Informática	106
		Eletrotécnica	85
	Técnico Concomitante/Subsequente	Edificações	69
		Informática	75
		Eletrotécnica	84
		Administração	65

Superior	Tecnólogo	Processos Gerenciais	68
	Licenciatura	Química	131
		Física	124
Total de matrículas efetivadas em 2018			909

Fonte: Diniz, 2019 adaptado a partir dos dados do Controle Acadêmico IFPI – Campus Parnaíba.

Corroborar-se com Alencar (2019) ao informar que o Campus Parnaíba vem se consolidando como uma instituição de referência de ensino profissionalizante, atuando como elemento aglutinador da inclusão social e de desenvolvimento econômico.

No que se refere ao desenvolvimento de ações previstas na POLAE, a instituição desenvolve as ações desde sua implementação, destarte, o primeiro edital para concessão do Benefício Permanente foi lançado em 28 de abril de 2014, logo após a aprovação da referida política pelo CONSUP. Para ingresso no programa, o estudante deveria observar os seguintes requisitos: possuir matrícula regular em um dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante ou subsequente) ou superiores do IFPI, na modalidade presencial, apresentar renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, não possuir qualquer tipo de benefício acadêmico remunerado (ensino, pesquisa e extensão) ou equivalente no IFPI (Programas Institucionais); apresentar condições de vulnerabilidade social e estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas.

Observados tais requisitos, o estudante deveria inscrever-se mediante o preenchimento do formulário socioeconômico online disponível no endereço eletrônico da instituição, bem como entregar a documentação comprobatória de renda familiar e de agravantes sociais no Setor de Serviço Social, após a análise socioeconômica realizada pelo (a) Assistente Social, o estudante poderia participar de uma entrevista com vistas a complementar informações contidas nos documentos ou no formulário.

A partir da publicação do edital 01/2014, observou-se que 238 estudantes se inscreveram no processo de concessão do Benefício Permanente no Campus Parnaíba. Esse quantitativo referia-se ao total de estudantes efetivamente inscritos no processo, mediante preenchimento do formulário socioeconômico eletrônico e apresentação de documentos comprobatórios, dentro do prazo determinado pelo

Edital, porém apenas 177 estudantes foram inseridos no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – Benefício Permanente, com valores mensais que variavam entre R\$ 100,00 a R\$ 300,00.

4.2 Caracterização dos Cursos de nível médio da modalidade Integrada

A forma de ingresso nos cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, nas formas integrada e concomitante/subsequente efetiva-se por meio de processo seletivo público através de exame classificatório previsto em edital. Para concorrer às vagas destinadas aos cursos na forma integrada, o aluno deverá ter concluído o ensino fundamental, este ao final do curso terá simultaneamente uma habilitação profissional técnica e o ensino médio.

Os cursos de nível médio na modalidade integrada ofertados no Campus Parnaíba têm se consolidado como um mecanismo de oportunidades seja no ingresso ao mercado de trabalho ou ingresso ao ensino Superior, ou seja, os componentes curriculares foram estruturados numa sequência lógica e contínua, onde se possibilita ao estudante uma apresentação das diversas áreas do conhecimento e suas interações no contexto da formação profissional. Destarte, o estudante é requisitado a cursar os componentes da matriz curricular nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e disciplinas técnicas.

Vale ressaltar que os cursos técnicos da modalidade integrada do Instituto Federal estão em conformidade com os princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas Resoluções nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no sistema educacional brasileiro.

Quanto à caracterização dos cursos ofertados pelo IFPI, os cursos Técnicos na forma integrada foram estruturados com duração mínima de três e máxima de seis anos; o Curso Técnico em Eletrotécnica apresenta 35 disciplinas, com carga horária de 3.890 horas. Já o Curso Técnico em Informática apresenta uma carga horária total

de 3.450 horas, totalizando 23 componentes curriculares; e o curso Técnico em Edificações apresenta carga horária de 3.570 horas, dispondo de 34 disciplinas.

Em relação aos processos de aprendizagem, o estudante com vínculo de matrícula nos cursos técnicos integrados, deverá observar o sistema de avaliação da educação profissional técnica integrada ao ensino médio preconizado na Resolução 07/2018 que trata da Organização Didática do IFPI. Esta resolução estabelece um conjunto de procedimentos com objetivo de verificar a aprendizagem dos estudantes inseridos nessa modalidade de ensino.

Desse modo, a verificação da aprendizagem nos cursos técnicos integrados ao médio, ofertados na forma seriado anual, deverá ser expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida uma casa decimal.

Além dos aspectos quantitativos, são observados também aspectos qualitativos, estes compreendem: assiduidade e pontualidade, realização de atividades escolares, disciplina, participação nas aulas, além de outros critérios definidos pelo professor. (IFPI, 2018).

Para fins de aprovação por média, o aluno deverá obter média anual igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista no período letivo. Será considerado reprovado por nota o aluno que obtiver média anual final menor que 6,0 (seis) em qualquer disciplina ou frequência inferior a 75% do total de carga horária prevista no período letivo. “Será submetido ao Conselho de classe o aluno que não obtiver média final aprovativa em até 03 disciplinas”. (IFPI, 2018).

Segundo a organização didática, o Conselho de Classe é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos alunos matriculados nos cursos técnicos. Traduz-se assim, como um espaço onde aspectos qualitativos, e não somente quantitativos, são observados como forma de avaliar o discente, constitui-se como instrumento que visa realizar o acompanhamento do rendimento escolar.

As reuniões ocorrem em cada bimestre e no final do ano letivo e contam com a participação dos docentes, diretor de ensino, coordenadores de cursos e da equipe interdisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo e técnicos em assuntos educacionais) com vistas a avaliar as situações surgidas no ambiente acadêmico.

4.3 Avaliação da eficácia do Benefício Permanente: indicadores sobre a evasão, reprovação e sucesso escolar dos estudantes beneficiários

Pretende-se nessa seção, avaliar a eficácia do PAEVS – Benefício Permanente no tocante à melhoria do desempenho acadêmico e redução da evasão e retenção escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras e agravantes sociais dos estudantes matriculados no ensino médio integrado ao técnico.

Antes da exposição dos dados obtidos através da pesquisa em questão, torna-se relevante avaliar os efeitos da Política de Assistência Estudantil do IFPI no que diz respeito ao que preconiza o PAEVS como forma de monitorar e analisar o desempenho das políticas públicas fomentadas no âmbito da educação sobretudo no campo da assistência estudantil.

Nesse direcionamento, Michelotto e Freire (2017) analisam que os sistemas de monitoramento e avaliação, por meio de indicadores consistentes, constituem mecanismos de relevância incontestável aos gestores e também à comunidade sob o ponto de vista da participação e controle social, uma vez que permitem o acompanhamento dos investimentos governamentais e do impacto junto aos beneficiários diretos.

Segundo as autoras Michelotto e Freire (2017), a monitorização e avaliação proporcionam às entidades governamentais, gestores, formuladores de políticas públicas e cidadão meios aperfeiçoados para: aprenderem com experiências passadas, melhorarem a prestação de serviços, planejarem recursos e demonstrarem os resultados às partes interessadas, como parte do processo de *accountability*.

Existem diferentes dimensões que podem ser utilizadas para mensurar os resultados de uma determinada política, destarte, optou-se em utilizar a eficácia como forma de avaliar se os objetivos preconizados no PAEVS estão sendo alcançados. Concorda-se com Belloni (2007) ao enfatizar que

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se considerar que eficácia corresponde ao resultado de um processo; entretanto, contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente proposto. Quando se trata de política pública, considera-se que a eficácia não pode estar restrita simplesmente à aferição dos resultados parciais. Ela se expressa, também pelo grau de qualidade do resultado atingido. (BELLONI, 2007, p. 65)

Após a definição de critérios de avaliação, é necessário definir os indicadores, que conforme aponta Cavalcanti (2016) são meios de representação quantificáveis das características de produtos e de processos, associados à qualidade e ao desempenho, utilizados para controlar e melhorar os resultados. Nesta perspectiva, examinam-se a seguir os resultados dos indicadores de evasão, reprovação e aprovação dos estudantes beneficiários do Benefício Permanente (BP).

4.3.1 Indicadores educacionais: evasão dos beneficiários do PAEVS – Benefício Permanente

O Campus Parnaíba realiza anualmente seleção de estudantes no PAEVS – BP, esta ação se consolida através de ingresso³ e permanência⁴ no programa, este procedimento é proveniente da Comissão de Assistência Estudantil (CAE), instituída no Campus, onde a maior parte das ações previstas em edital são executadas pelo setor de Serviço Social.

O arquivo documental desse setor revelou que em 2015, 260 estudantes tornaram-se ou continuaram na condição de beneficiários do BP, desses, 164 estudantes eram provenientes do ensino médio integrado ao técnico, representando 63,08% do total de beneficiários. O fato de contemplar o maior número de estudantes com vínculo de matrícula no ensino médio sugere que este grupo se encontra em uma situação de desigualdade em relação aos demais estudantes matriculados em outros cursos, ensejando, desse modo, uma abordagem diferenciada.

Concorda-se com Pereira (2017) ao sinalizar que se referem a estudantes onde a maior parcela são menores de idade, com dependência financeira dos pais ou familiares, existindo, portanto, legislações específicas de proteção que os impedem de ingressar no mercado de trabalho.

No final do ano letivo de 2015, percebeu-se que dentre os 164 beneficiários, 16 evadiram da instituição. Em 2016, verificou-se que 361 estudantes foram contemplados ou permaneceram no programa, sendo que 217 estavam matriculados no ensino médio na modalidade integrada, correspondendo a 60,11% dos estudantes inseridos no PAEVS - BP.

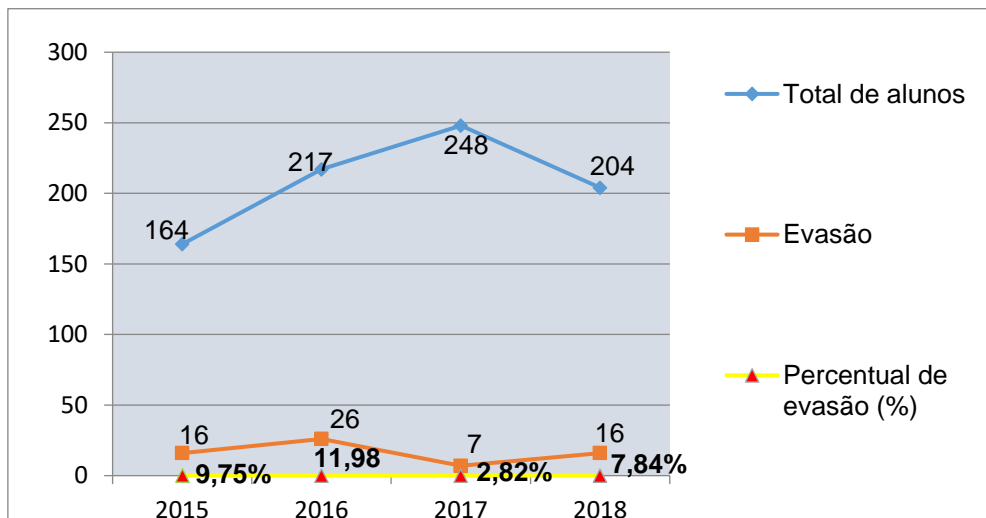
³ Ocorre através de edital de seleção pública dos estudantes da Instituição

⁴ Se dá por reavaliação socioeconômica e frequência escolar do estudante

Observou-se que desse universo, 26 estudantes evadiram da instituição no ano em questão, representando aproximadamente 12% de estudantes evadidos. Em 2017, 458 estudantes foram inseridos ou permaneceram no PAEVS - BP, sendo que, 248 estavam matriculados no ensino médio na modalidade integrada, onde apenas 7 estudantes evadiram da escola. Em 2018, 204 estudantes estavam inseridos no PAEVS com vínculo de matrícula no ensino médio integrado, desses, 16 evadiram da instituição.

O gráfico a seguir demonstra as taxas de evasão percebidas no recorte temporal.

Gráfico 1 - Variação da evasão no período de 2015 a 2018



Fonte: DINIZ, 2019, a partir dos dados do Controle Acadêmico

O quadro abaixo indica as taxas de evasão observadas por turma, ressalta-se que não foi possível ter acesso ao quantitativo de estudantes que evadiram por curso em 2015.

Quadro 6 - Evasão por Curso (2016-2018) – estudantes contemplados com BP

Curso	Ano/ Evasões		
	2016	2017	2018
Edificações	5	3	3
Eletrotécnica	15	1	6
Informática	6	3	7

Fonte: DINIZ, 2019, a partir dos dados do Controle Acadêmico

A pesquisa apontou que em 2015 e 2016 registraram-se os maiores índices de evasão de estudantes beneficiários matriculados no ensino médio da modalidade integrada, as hipóteses para a interrupção nos anos letivos em questão podem estar atreladas à greve dos servidores da instituição, bem como à falta de identificação com o curso, ingresso no mercado de trabalho e receio de reprovar novamente, esses fatores podem ser agentes influenciadores dessas desistências no Campus Parnaíba.

Registra-se ainda que o Curso de Eletrotécnica apresentou os maiores índices de evasão sobretudo nos primeiros anos, ou seja, 15 estudantes evadiram do curso supracitado, seguidos do Curso de informática e Edificações. Destaca-se que a matriz curricular prevista no curso de Eletrotécnica é bastante extensa, onde o estudante é requisitado a cursar 19 disciplinas entre técnicas e propedêuticas.

É importante frisar que, majoritariamente, são estudantes oriundos de escolas públicas onde a qualidade do ensino é deficitária, onde existe um nível de qualidade menor que o do Instituto Federal, sofrendo, assim, um “descompasso entre as exigências do curso profissional e o domínio de conteúdos da educação básica”, conforme indica Ramalho (2013), sugestionando desse modo, que os altos índices de evasão e reprovação estejam relacionados a esse fato.

O quadro a seguir, traz um indicativo do quantitativo de estudantes beneficiários e não beneficiários que evadiram entre os anos estudados. Observa-se que há uma tendência de estudantes que não possuem o benefício a evadir, conforme o quadro abaixo.

Quadro 7 - Comparativo dos estudantes que evadiram da Instituição (2016-2018)

Estudantes	Ano/Evasões		
	2016	2017	2018
Não beneficiários do PAEVS	27	11	38
Beneficiários do PAEVS	26	8	16

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados do Controle Acadêmico

No IFPI Campus Parnaíba, as situações de evasão escolar são comprovadas mensal e bimestralmente através do sistema institucional Q-Acadêmico, bem como

nas reuniões de Conselhos de Classe, onde são discutidas as ocorrências estabelecidas em sala de aula.

As verificações de assiduidade dos estudantes beneficiários são conduzidas pelo Serviço Social onde mensalmente realiza-se visitas às turmas com vistas a obter informações acerca da permanência desses estudantes. Além desse acompanhamento, é solicitado, anualmente, pela DAE (Diretoria de Assuntos Estudantis) do IFPI, os Indicadores do PAEVS.

Esse instrumental supracitado é elaborado pelas Comissões ou coordenações de Assistência Estudantil instituídas nos *campi* em períodos que ocorrem as reavaliações socioeconômicas. Destarte, as motivações que desencadearam na evasão dos estudantes contemplados no BP observadas nesses indicadores foram: ingresso no mercado de trabalho; histórico de reprovação (temiam reprovar novamente) e falta de identificação com o curso.

Destaca-se que os aspectos observados nos elementos colaboradores para evasão, são de ordem individual, ou seja, aqueles relacionados às características peculiares do estudante.

Matos (2018, p. 135) afirma que a falta de identificação com o curso configura como um fator de abandono escolar relevante, quanto às questões de trabalho, o autor aponta que a possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho surge como oportunidades e exerce o papel de atrair o jovem para uma atividade com retorno imediato e isso, muitas vezes, faz com que o aluno saia da escola por não conseguir conciliar o estudo e o trabalho.

Diante desse contexto, corrobora-se com Pereira (2016, p. 67) ao analisar que o fenômeno da evasão tem natureza multiforme, talvez sendo, o ato final de um processo que se manifesta de muitas maneiras, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar do indivíduo. Assim, as causas da evasão de ordem individual não são focos do PAEVS, uma vez que a atenção é dada às condições socioeconômicas daqueles que se encontram “na iminência de evasão escolar” (PEREIRA, 2016).

A assistência estudantil, se configura, segundo as análises de Sposati (et al., 2008), como uma política de caráter compensatório ao atuar nos efeitos das desigualdades sociais que afetam os estudantes no percurso formativo, porém por se tratar de uma política pública com recorte social a mesma apresenta limites, uma vez que existe critérios de elegibilidade (público, renda, instituição de ensino) não

conseguindo, portanto, alcançar todas as demandas que surgem no ambiente educacional.

4.3.2 Indicadores educacionais: aprovação e reprovação dos estudantes beneficiários do PAEVS – Benefício Permanente

Pretende-se a seguir apontar os índices de aprovação e reprovação dos estudantes matriculados nos cursos de nível médio da modalidade integrada inseridos no PAEVS-BP no período de 2015 a 2018.

Em 2015, observou-se que 89 (oitenta e nove) estudantes foram aprovados por rendimento; em 2016, 112 (cento e doze) foram aprovados; em 2017, 72 (setenta e dois) foram aprovados por rendimento e em 2018, 144 (cento e quarenta e quatro) lograram êxito.

Como pode ser observado, a tabela 1 identifica a variação de aprovações no recorte temporal:

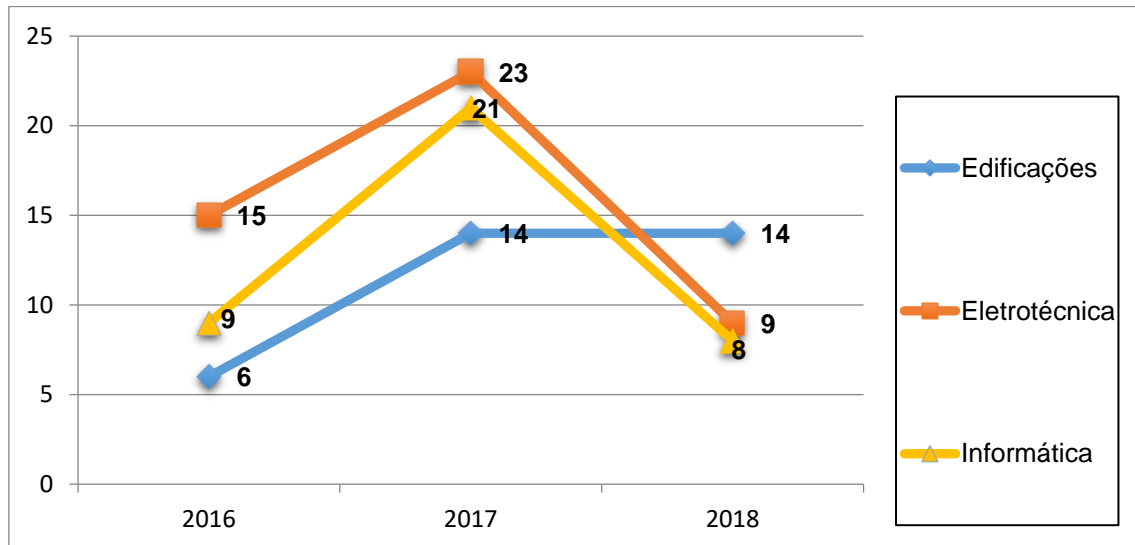
Tabela 1 - Variação da aprovação (2015 a 2018)

Ano	Número Absoluto	%
2015	164	54,26%
2016	217	51,61%
2017	248	29,03%
2018	204	70,58%

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados oriundos do Controle Acadêmico IFPI

Observa-se um declínio nas taxas de aprovação entre estudantes matriculados no ensino médio inseridos no PAEVS- BP, somente em 2018 ocorreu aumento considerável dessas taxas.

Em relação aos índices de reprovação concernentes aos cursos ofertados teve-se o seguinte resultado, conforme aponta o gráfico 2.

Gráfico 2 - Flutuação das Reprovações no período de 2016 a 2018

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados provenientes do Controle Acadêmico

No recorte temporal considerado, verifica-se uma variação das taxas de reprovação, ou seja, em 2015, 30 estudantes reprovaram; em 2016, constatou-se também 30 reprovações; em 2017, esse número foi bastante expressivo, correspondendo a 58 estudantes reprovados e em 2018, 38 estudantes apresentaram rendimento acadêmico insuficiente para aprovação.

Observa-se ainda que o curso de Eletrotécnica apresentou o maior número de reprovações, seguido dos cursos de Informática e Edificações.

A pesquisa indicou que as reprovações entre estudantes beneficiários matriculados nos cursos de nível médio da modalidade integrada apresentaram as seguintes expressões, conforme aponta a tabela 2.

Tabela 2 - Variação percentual da reprovação (2015 a 2018)

Ano	Beneficiários inseridos no PAEVS	Reprovados%
2015	164	18,29%
2016	217	13,82%
2017	248	23,38%
2018	204	15,68%

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados do Controle Acadêmico IFPI

Constata-se que o maior volume de reprovações ocorreu em 2017, Diniz et al. (2017) investigaram as principais causas de reprovações dos estudantes matriculados no Campus Parnaíba, assim, um dos fatores institucionais que os estudantes elegeram com maior prevalência para a reprovação foram o excesso de disciplinas e de conteúdo, seguidos da falta de monitorias e das metodologias aplicadas em sala de aula.

A escuta das demandas estudantis e suas percepções acerca do processo ensino-aprendizagem possibilita um acompanhamento mais aproximado, transpassando os procedimentos burocráticos e seletivos consubstanciados nos processos de concessão de benefícios previstos na POLAE, ou seja, a prática profissional deve estar vinculada ao compromisso de compreender a dinâmica social na qual os estudantes estão inseridos, ultrapassando o mero repasse financeiro.

Examina-se a seguir o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes repetentes em 2017, com vistas a identificar os fatores atrelados ao fenômeno da reprovação.

4.3.3 Perfil socioeconômico e cultural dos beneficiários com histórico de reprovação

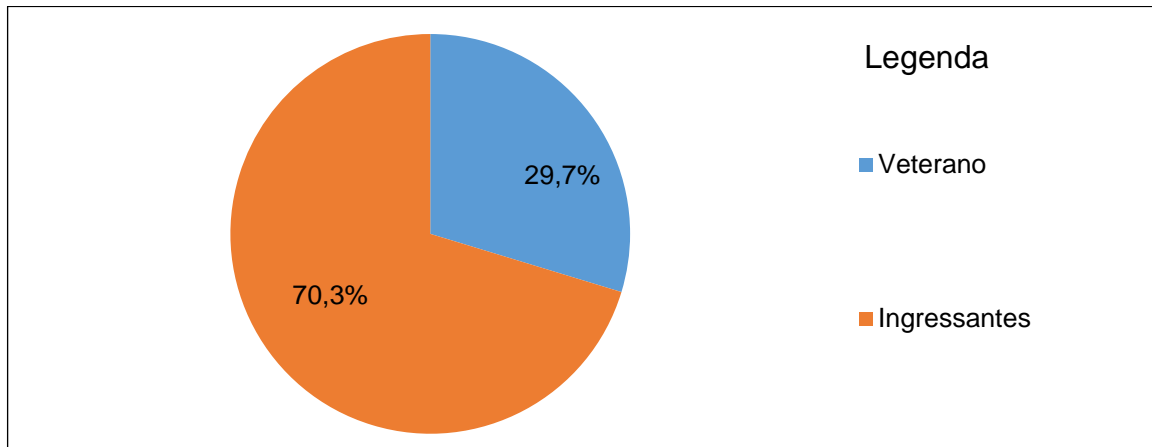
A reprovação, segundo Souza et.al (2012) “é um dos fatores com maior poder preditivo da probabilidade da evasão”, representando, portanto, um indicativo potencial de abandono escolar. Desse modo, objetiva-se avaliar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes que não conseguiram lograr êxito em 2017, ano em que ocorreu o maior volume de reprovações. Apropriando-se assim dos possíveis indicadores atrelados ao fenômeno da reprovação. Para embasar o estudo utilizou-se o banco de dados dos estudantes provenientes do questionário socioeconômico no ano de 2017.

Pretende-se apresentar as condições socioeconômicas e culturais, indicando o local de residência, o transporte utilizado para deslocamento até o IFPI, a renda familiar, escolarização dos pais, as dificuldades enfrentadas em sala de aula e os fatores que levariam a desistir do curso.

Verificou-se que os estudantes que não lograram êxito no percurso acadêmico no ano em questão são majoritariamente ingressantes, ou seja, correspondendo a mais de 70% desse universo. Sugere-se, portanto, que a falta de conhecimentos

anteriores, bem como a intensa rotina escolar empreendida no IFPI podem ser fatores que culminam nesse fenômeno. O gráfico abaixo demonstra essa situação.

Gráfico 3 - Identificação dos estudantes reprovados quanto ao tempo na instituição



Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

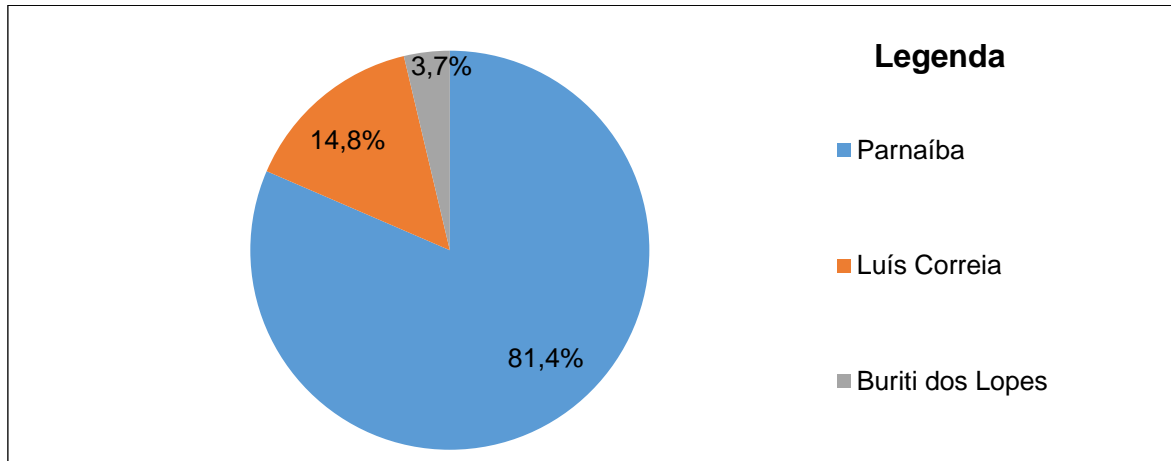
Quanto ao local de moradia, percebe-se que a maioria dos estudantes, ou seja, mais de 80% reside em Parnaíba, os demais estudantes residem em cidades próximas ao município, como Luís Correia – PI e Buriti dos Lopes – PI. O deslocamento dos estudantes até à instituição de ensino ocorre através de parcerias com as prefeituras municipais, desta forma, os gestores se responsabilizam em garantir o transporte gratuito aos discentes, porém, esse transporte fica prejudicado quando ocorre algum problema mecânico nos ônibus, este fato evidencia despesas com deslocamento que o estudante tem em arcar.

A forma como se efetiva esse deslocamento cotidianamente é pertinente, pois o desgaste físico e o tempo gasto para ir e voltar da escola podem ensejar em abandono ou reprovação, dessa maneira, a questão da acessibilidade pode se traduzir como agravantes sociais. Ressalta-se que os municípios acima referenciados não possuem campus do IFPI, assim, tais estudantes buscam na Instituição uma forma de acessar uma educação de qualidade, o que justifica o deslocamento diário.

Nesse direcionamento, conforme apontam Longo e Vieira (2017) a região de residência é um indicador dos aspectos institucionais que influenciam diretamente as oportunidades de escolarização. Residir em espaços com maior oferta de bens públicos dedicados à escolarização, à profissionalização e ao lazer aumentaria a chance de crianças e adolescentes acessá-los e se beneficiarem deles. Empreende-

se, dessa maneira que a garantia de repasse de recursos potencializa os efeitos da educação.

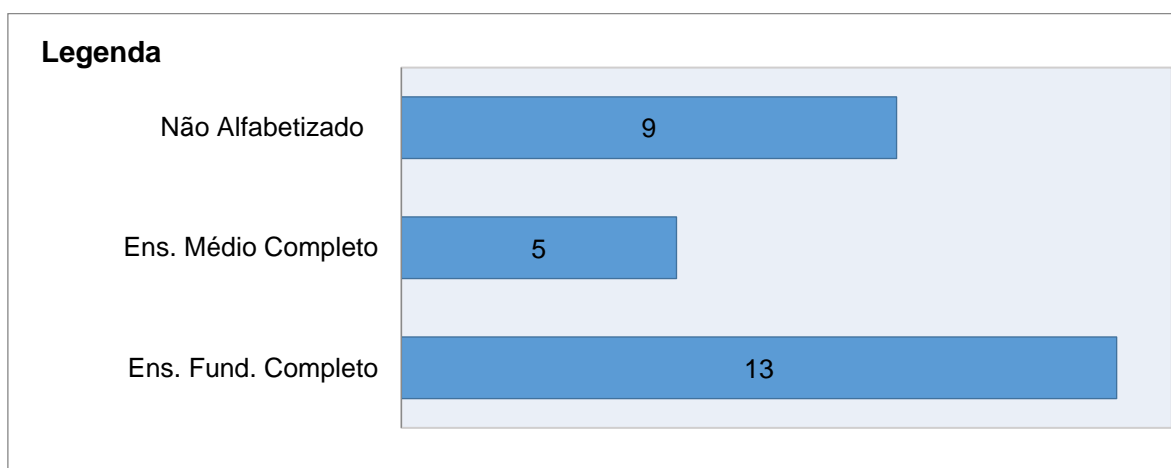
Gráfico 4 - Município de Residência



Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

O grau de escolarização dos genitores dos estudantes em condição de repetência é apresentado nos gráficos abaixo. Percebe-se que predominantemente os pais só possuem o ensino fundamental, outra parcela significativa são pais que não possuem escolarização nenhuma, somente um pequeno número possui o ensino médio. Conforme é evidenciado a seguir no gráfico 5.

Gráfico 5 - Grau de Escolaridade dos pais dos discentes reprovados - 2017



Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

Com relação à escolarização das mães percebe-se que, embora seja uma pequena parcela, estas possuem mais tempo de estudo em relação aos pais. A

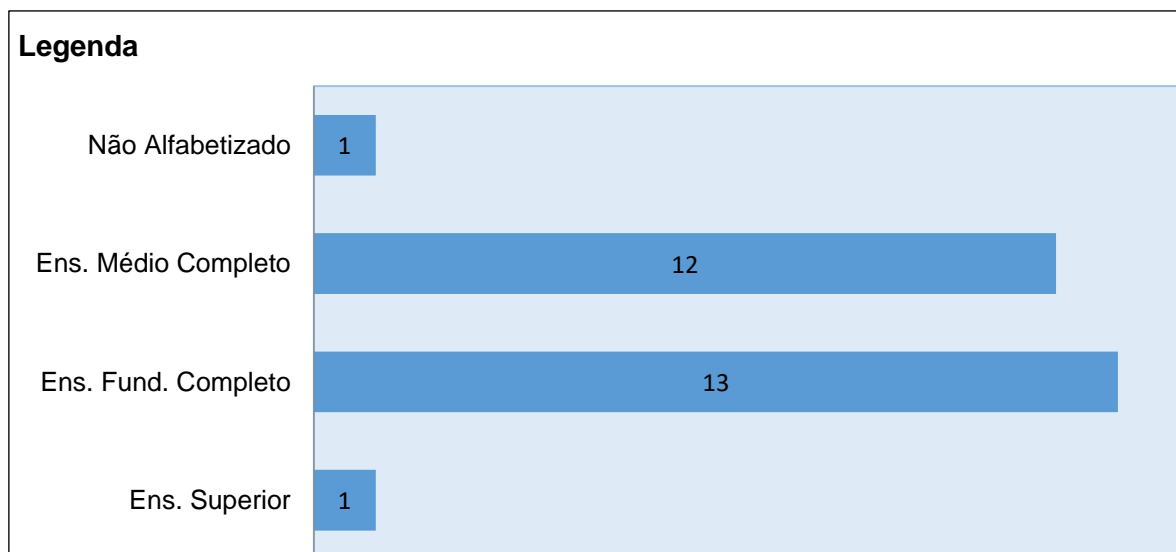
maioria estudou até o ensino fundamental, seguido do ensino médio completo, somente uma mãe não se alfabetizou e uma alcançou o ingresso no ensino superior

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística disponibilizados na Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira ano 2017- é possível verificar que quanto maior o nível de instrução dos pais, maior a proporção de filhos que alcançaram o nível superior completo.

A pesquisa evidencia ainda que os filhos de pais com ensino superior apresentam um percentual 3,7 vezes maior de possuírem ao menos o ensino médio completo se comparados aos filhos de pais sem instrução, totalizando 95,1% e 25,8%, respectivamente (IBGE, 2018, p. 99).

Destarte, quanto maior for o grau de escolarização dos pais, maiores serão os índices de aproveitamento educacional dos filhos, os níveis de escolaridade da mãe são indicados a seguir.

Gráfico 6 - Grau de Escolaridade das mães dos discentes reprovados- 2017

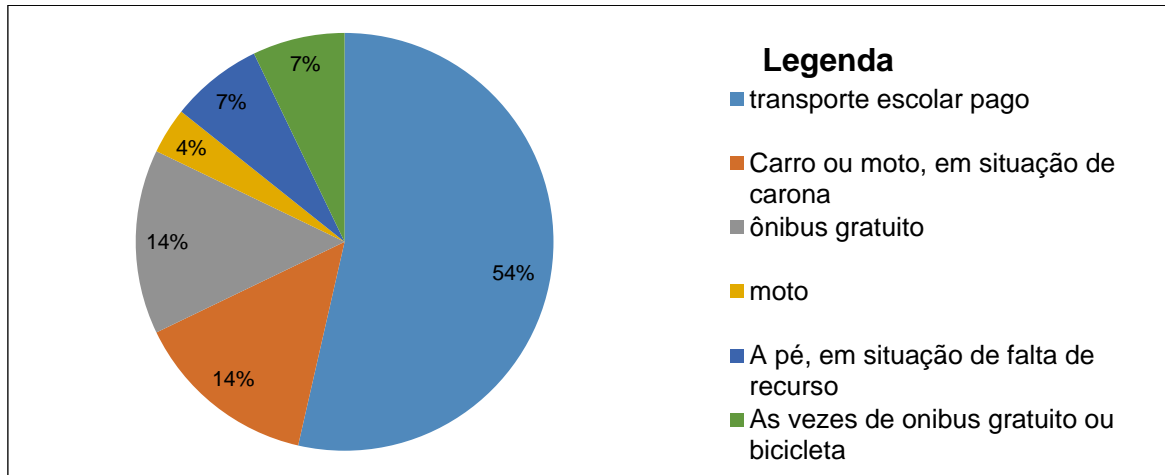


Fonte: Diniz, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

Quanto ao meio de transporte utilizado por esses estudantes, a pesquisa apontou que majoritariamente (54%) utilizam transporte escolar pago para se deslocar para o IFPI, seguido de uma parcela de 14% que possuem carro ou moto, ou utilizam esses meios de transporte em situação de carona, e 14% utilizam ônibus gratuito. A prevalência de estudantes que dependem de transporte coletivo para se deslocar ao

IFPI representa um indicativo de fragilidade socioeconômica, conforme demonstrado no gráfico 7.

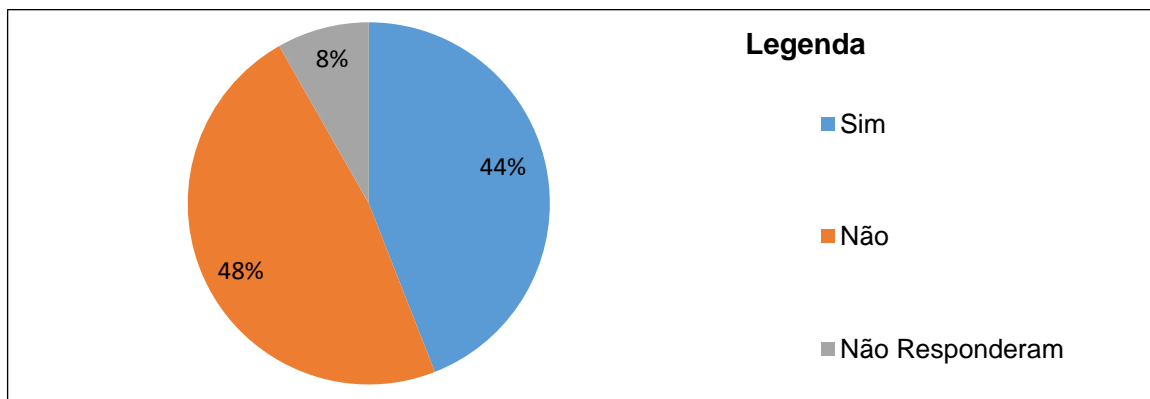
Gráfico 7 - Meio de locomoção



Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

A condição socioeconômica dos estudantes inseridos no PAEVS é revelada nos próximos gráficos, ou seja, investigou-se a inserção de estudantes em Programas de Sociais de transferência de renda, bem como a renda familiar desses estudantes, como expresso no gráfico 8.

Gráfico 8 - Beneficiário de programas de transferência de renda

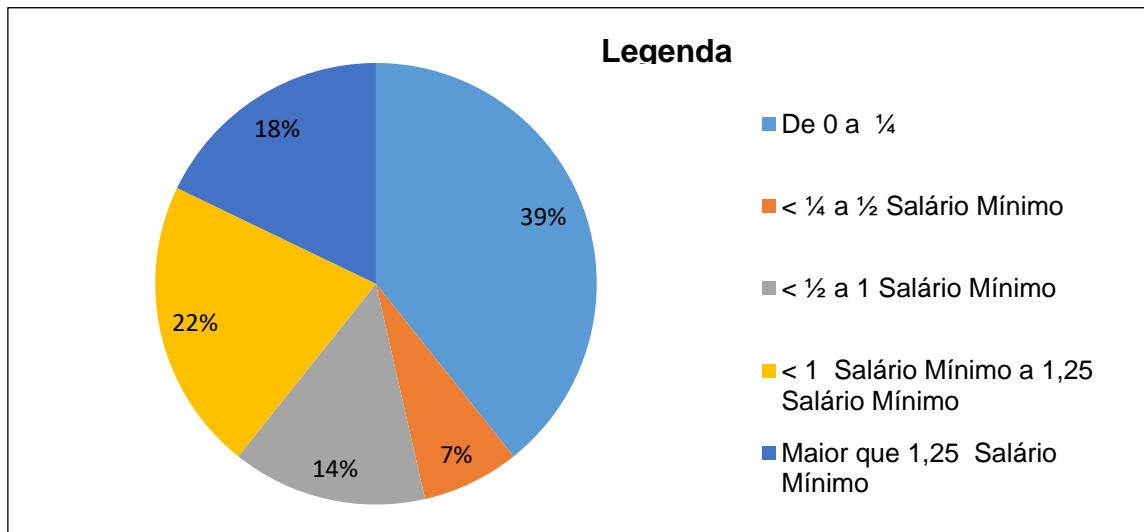


Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

Conforme aponta o gráfico 8, a maioria dos estudantes não estão inseridos em programas de transferência de renda, enquanto 44% afirmam receber benefício, destarte, declararam no perfil socioeconômico, terem acesso ao Programa Federal Bolsa Família.

Partindo do pressuposto que o Programa Federal Bolsa Família é direcionado às camadas mais pauperizadas, entende-se que a inserção do PAEVS se fundamenta, uma vez que esse é voltado àqueles com comprovada necessidade socioeconômica e agravantes sociais, como pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9 - Renda mensal familiar



Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

A prevalência de estudantes com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (39%) corrobora essa pressuposição de fragilidade socioeconômica, sugere-se ainda que sejam estudantes cujas famílias estejam inseridas em programas sociais de transferência de renda, ou que desenvolvem alguma atividade remunerada informal sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Outra parcela significativa diz respeito a famílias que possuem renda mensal de até 1,25 salário mínimo. Concorde-se com Matos (2018) ao avaliar que a renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo vem sendo utilizada pelo governo como referência para a política de acesso em instituições federais de ensino por meio de cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) e como grupo prioritário de atendimento pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010).

Essa situação evidencia que a POLAE através do BP contempla aqueles com maior vulnerabilidade social. No que se refere a escola de origem, 100% dos beneficiários declararam ser da rede pública de ensino, diante disso, procurou-se

identificar as dificuldades enfrentadas pelos discentes em sala de aula, e as respostas estão na tabela 3.

Tabela 3 - Quais as dificuldades que geralmente você enfrenta em sala de aula –

Resposta	Nº Vezes
Dificuldade de memorizar o conteúdo aprendido.	09
Dificuldade de concentração.	07
Desmotivação para estudar.	02
Falta de conhecimentos anteriores que ajude a entender aquilo que está sendo explicado pelo professor	10
Não enfrento nenhuma dificuldade	06
Problemas na relação com professores e colegas.	02
Total 36	

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

A resposta com maior prevalência trata da falta de conhecimentos anteriores que ajude a entender o que está sendo explicado pelo professor, sugere-se que a baixa qualidade do ensino fundamental pode influenciar negativamente no desempenho acadêmico, refletindo assim, numa das dificuldades enfrentadas em sala de aula. A segunda resposta mais citada pelos estudantes está relacionada à dificuldade de memorizar o conteúdo aprendido seguida da dificuldade de concentração, essas situações podem estar atreladas a fatores de ordem social psicológica ou ainda relacionada à saúde do estudante sendo necessário, portanto, uma investigação mais aprofundada sobre esses fatores.

Diante das respostas da tabela 3, questionou-se também sobre quais fatores poderiam influenciar na desistência do curso e obteve-se as seguintes respostas conforme tabela 4.

Tabela 4 - Fatores que poderiam fazer você desistir desse curso.

Resposta	Nº Vezes
Dificuldade no deslocamento até o IFPI	15
Dificuldade no aprendizado somado a notas	
Baixas e/ou reprovações.	10
Nenhuma	01
Desinteresse pelos estudos.	01
Brigas familiares	01

Problemas de adaptação ou de relacionamento com professores e colegas.	01
Não receber benefício	01

Total: 30

Fonte: DINIZ, 2019 a partir dos dados extraídos do questionário socioeconômico aplicado em 2017

A resposta mais citada pelos estudantes foi a dificuldade no deslocamento para o IFPI. Vale enfatizar que o Campus Parnaíba é localizado em uma região distante do centro da cidade, somado a esse fator, o sistema de transporte público da região é bastante deficitário, uma vez que existe um único ônibus e uma van particular que faz a rota dentro da cidade até o IFPI, não atingindo, portanto, todos os bairros do município.

Como forma de atenuar essa situação, o IFPI disponibiliza transporte gratuito aos estudantes através do ônibus institucional, realizando uma rota diária onde se contempla um maior número de estudantes, porém, esse serviço ficou inviabilizado em decorrência do Decreto presidencial nº 9.741 de 29 de março de 2019 que trata do contingenciamento de recursos programados para a educação.

Outro fator citado pelos estudantes que poderia levar à desistência de estudar no IFPI trata-se das dificuldades no aprendizado somado a notas baixas e/ou reprovações. Evidencia-se que as dificuldades de aprendizagem e as reprovações, conforme sugere Negreiros *et. al* (2016, p. 162) não se reduz a uma simples avaliação, mas, pelo contrário, engloba uma série de outros agravantes, como falta de autoestima, preconceitos, sensação de fracasso, rejeições, incapacidades, desmotivação, exclusão, opressão, entre outros tantos fatores que podem surgir por causa desse problema.

Traduz-se, portanto, como um evento que pode estimular a evasão ou outros problemas de ordem emocional no estudante.

Tais respostas confirmam a necessidade de fomentar ações garantidoras da continuidade da assistência estudantil, seja por meio de repasse financeiro, garantia da manutenção de monitorias ou outras ações, pois considera-se que tais medidas podem suprimir os efeitos desencadeadores da evasão e repetência.

Diante do contexto de evasão e reprovação presentes no cenário educacional, pretende-se a seguir expor estratégias institucionais com vistas reduzir os índices desses fenômenos proporcionando conseqüentemente a garantia da permanência escolar com qualidade.

4.4 Estratégias para diminuir os índices da evasão e reprovação no Campus Parnaíba

Os fatores desencadeadores da evasão e da reprovação têm em sua estrutura aspectos multicausais, são processos complexos que exigem ações efetivas que subsidiem uma permanência de qualidade e uma educação significativa, dessa forma, busca-se fomentar estratégias institucionais com vistas a atenuar os índices desses fenômenos no ambiente acadêmico.

A Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFPI se configura como um importante mecanismo de enfrentamento da evasão e reprovação, uma vez que a referida política condiciona as suas ações à garantia do acesso, permanência e êxito acadêmico na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico (IFPI, 2014).

Nessa perspectiva, o trabalho realizado pelas Comissões de Assistência Estudantil (CAE) é pautado nas orientações preconizadas na POLAE, ou seja, na democratização da educação com ações voltadas para práticas de atenção à diversidade estudantil e atendimento das desigualdades sociais originárias das diversas expressões da questão social, bem como para o desempenho acadêmico, com ações voltadas para o suporte acadêmico, prevenção da reprovação e evasão e melhoria das condições para o sucesso escolar.

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. (CONAE, 2010, p.62).

A Comissão de Assistência Estudantil (CAE) instituída no Campus Parnaíba desenvolve ações com o objetivo de acompanhar de forma mais aproximada as diversas situações que permeiam o ambiente educacional, objetivando alcançar os objetivos previstos tanto na POLAE como também no PGTAE- Plano Geral de Trabalho de Assistência Estudantil do IFPI, este plano é originário das discussões empreendidas pela Comissão Multiprofissional no I Encontro dos Profissionais da Assistência Estudantil do IFPI, realizado em novembro de 2015. O referido Plano apresenta como proposta articulação de trabalho e alinhamento das ações, visando o

aprimoramento e a execução eficiente da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFPI.

A Comissão é constituída por equipe interdisciplinar com participação do Serviço Social, Setor Pedagógico, Psicologia, Assistentes de Alunos, Serviço Médico, Odontológico e Nutrição. Expõe-se a seguir algumas das atividades desenvolvidas pelos setores de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, pois entende-se que esses respectivos setores realizam cotidianamente e de forma mais aproximada a assistência aos estudantes no tocante à mais diversas situações que surgem no espaço educacional.

As ações desenvolvidas pelo Serviço Social materializam-se através do atendimento e acompanhamento aos estudantes como também no planejamento de recursos para a operacionalização e condução da assistência estudantil no Campus, desse modo, apresenta-se de modo sintético as ações no quadro a seguir:

Quadro 8 - Ações conduzidas pelo Serviço Social

AÇÕES	OBJETIVOS
Planejamento orçamentário da Assistência Estudantil	Organizar a distribuição de recursos para as diversas ações da POLAE;
Elaboração e divulgação de editais do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (Benefício Permanente, Benefício Atleta, Benefício Cultura):	Oferecer benefício a estudantes em situação de vulnerabilidade social através de análise socioeconômica
Estudo Socioeconômico	Identificar o perfil socioeconômico de alunos, a fim de viabilizar ações que garantam o acesso, permanência e êxito dos mesmos na instituição de ensino, atendendo aqueles com comprovada situação de vulnerabilidade social;
Acompanhamento de processos de pagamento de benefícios do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	Garantir a efetivação do direito do estudante com vistas à permanência e êxito;
Acompanhamento educacional e sócio familiar dos estudantes do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	Realizar o acompanhamento educacional e sócio familiar dos estudantes do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
Realização de atividades socioeducativas	Contribuir para o efetivo exercício da cidadania dos estudantes, favorecendo sua

	socialização e inserção no coletivo como agentes de transformação social, responsáveis e conscientes dos seus próprios limites e possibilidades.
--	--

No quadro seguinte, constam algumas das ações realizadas pelo Setor de Psicologia:

Quadro 9 - Ações conduzidas pelo Setor de Psicologia

AÇÕES	OBJETIVOS
Acolhimento aos novos alunos do ensino médio integrado	Dialogar sobre mudança e motivar à realização de objetivos de vida
Orientação Profissional	Minimizar as dúvidas acerca da escolha profissional, melhorar a autoconfiança, Projeto de Vida
Grupo de Apoio a alunos Reprovados	Ressignificar a reprovação, melhorar a autoestima do aluno, trabalhar a auto responsabilidade, orientar sobre estudo e empoderá-los sobre os processos de ensino e aprendizagem
Orientação para Estudos	Orientar alunos sobre técnicas de estudo, dicas e compreensão dos principais erros por ele cometidos, verificar aspectos que interferem e estimular aspectos que fortaleçam.
Elaboração de Quadro de Horário de Estudos	Auxiliar o aluno a planejar seu dia, sua semana a organizar suas atividades e dividir o seu tempo. Motivar ao estudo.

As atividades desenvolvidas pelo setor pedagógico e os objetivos das mesmas são dispostas no Quadro a seguir:

Quadro 10 - Ações conduzidas pelo Setor Pedagógico

AÇÕES	OBJETIVOS
Atendimento individual ao discente faltoso, com notas baixas ou repetente	Conhecer as dificuldades do aluno, seus hábitos de estudo e trajetória de vida, com vistas a reorientá-lo no seu processo de formação profissional e cidadã
Acompanhamento da frequência dos estudantes no diário	Prevenir a repetência e evasão

Orientação sobre como estudar os conteúdos	Auxiliar na recuperação do ensino-aprendizagem;
Atendimento aos pais dos discentes	Mediar o diálogo família - escola, orientando sobre a importância do acompanhamento do rendimento escolar.

Infere-se que os setores acima referenciados estão engajados em contribuir para o alcance do êxito acadêmico e permanência dos estudantes, porém, verifica-se que a implementação de ações mais efetivas pode ensejar em efeitos positivos para a redução da evasão e reprovação.

O sucesso escolar de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do(a) estudante. Antes, significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. (...) A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo seu desempenho escolar. Sua garantia dar-se-á por meio de ações integradas que implicam a compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social. (CONAE, p. 62, 2010).

Neste contexto, a instituição escolar deve ser atrativa, onde os processos pedagógicos, avaliativos e curriculares devem estar associados na melhoria das condições de aprendizagem considerando o universo plural no qual os estudantes estão inseridos, fomentando assim, uma aprendizagem significativa.

Apresenta-se a seguir estratégias institucionais com vistas a mitigar os efeitos desses fenômenos. Vale enfatizar que a elaboração das estratégias foi resultado de pesquisa de campo onde teve-se a oportunidade de observar, *in loco*, a dinâmica institucional bem como os problemas/desafios enfrentados pelos discentes.

Quadro 11 - Estratégias recomendadas para redução dos índices de reprovação e evasão no Campus Parnaíba

ITEM	PROBLEMAS	ESTRATÉGIAS	DETALHAMENTO
01	Evasão de estudantes partícipes de Edital do PAEVS antes de finalizar o processo de concessão de benefícios;	Dinamizar os processos de análises, tornando-os mais céleres e menos burocráticos;	Descentralização de ações para outros atores que compõe a Comissão de Assistência Estudantil do Campus (recebimento de documentação comprobatória de renda e de agravantes sociais, cálculos de RPC, dentre outras ações previstas em edital que não requerem sigilo profissional). Esse

	Centralização das ações previstas em Edital do PAEVS em um único setor (Serviço Social)		compartilhamento de ações entre os membros da CAE possibilita uma intervenção mais concreta, pois os processos de análises tornam-se mais céleres, alcançando assim as demandas estudantis e reduzindo, portanto, as taxas de evasão decorrentes do moroso processo de análises previsto em Edital.
02	<p>Baixo rendimento acadêmico dos estudantes partícipes do Edital do PRAEI, sendo necessária a elaboração de várias provas/seleções como forma de atender os pré-requisitos previstos no Edital;</p> <p>Baixa participação dos estudantes ingressantes nas monitorias do PRAEI;</p> <p>Acompanhamento insuficiente da equipe docente aos estudantes monitores</p>	<p>Aprimorar as monitorias previstas no programa institucional PRAEI⁵– Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante</p>	<p>Oportunizar Reforço escolar direcionado aos candidatos com intenção de participar das monitorias previstas em Edital;</p> <p>Acompanhamento integral dos estudantes ingressantes oportunizando atendimentos extraclasse.</p> <p>Realização de acompanhamento integral dos monitores pelos docentes e equipe pedagógica com vistas a dar suporte viabilizando as eventuais dúvidas que surgirem no decorrer das aulas;</p>
03	Baixa participação da família ou responsáveis no processo de ensino aprendizagem dos estudantes	Potencializar a participação da família no processo de ensino-aprendizagem, bem como na reconstrução do Projeto-político pedagógico da escola	Realização de encontros semestrais com pais e/ou responsáveis indicando as situações vivenciadas no ambiente acadêmico.
04	Setorização das ações da equipe interdisciplinar	Fomentar articulação dos Setores de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia	Realização de encontros bimestrais, ou seja, logo após a realização dos conselhos de classe, visando acompanhar de forma integrada os casos de baixo rendimento e infrequência escolar. Esta ação

⁵ O Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI propõe acolher o aluno ingressante no Ensino Médio Integrado nas suas especificidades e principalmente nas suas dificuldades de aprendizagem, como forma de promover o seu êxito e sua permanência. Objetiva minimizar deficiências em relação à aprendizagem de conteúdos fundamentais da Educação Básica nas disciplinas de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa, com vistas a favorecer um melhor desempenho acadêmico.

			promoveria mais qualidade nos processos de trabalho, visando romper com as ações setorializadas e fragmentadas presentes na dinâmica institucional.
05	Não acesso da ferramenta SIFAE pela equipe docente	Intensificar o uso da ferramenta SIFAE	Realização de reuniões com docentes com vistas a intensificar o uso do Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante informando os casos de infrequência escolar, bem como possíveis encaminhamentos aos setores das equipes interdisciplinares.
06	Aumento de demandas estudantis decorrentes de ordens psicossociais desencadeando fragilização de vínculos familiares, ideações suicidas, ansiedade, dentre outros	Criação de núcleo sobre vida acadêmica e saúde mental	Constituição de uma rede de apoio institucional voltada ao atendimento dos estudantes com vistas a promover debates, rodas de conversa, palestras onde serão discutidas as dificuldades enfrentadas na trajetória acadêmica e como estas repercutem na saúde mental do estudante.

Outras proposições podem ser implementadas com o intuito de contribuir para redução da evasão e reprovação, tais como:

- Promover ampla divulgação dos cursos ofertados no IFPI em períodos que antecedem o classificatório, informando a grade curricular, bem como as possibilidades de estágio e emprego. Esta ação diminuiria a evasão em decorrência da falta de identificação, pois, oportunizaria a divulgação dos cursos à comunidade externa elevando assim, o conhecimento sobre os cursos ofertados no Campus Parnaíba;
- Potencializar a criação de monitorias voluntárias de disciplinas técnicas ou outras disciplinas que apresentam histórico de dificuldades de aprendizagem;
- Promover integração entre equipe interdisciplinar e a Comissão de Prevenção da evasão instituída no Campus Parnaíba objetivando criar espaços de discussão ao enfrentamento desse fenômeno, ou novas frentes de intervenções necessárias;
- Criação de um aplicativo com vistas a obter opinião dos estudantes se os programas e serviços previstos na POLAE possuem a capacidade de atender as necessidades dos mesmos.

- Realização de atividades extraclasse tais como: encontro com egressos objetivando criar um espaço de diálogos onde os mesmos apresentem sua trajetória e sua vivência escolar, suas experiências de sucesso no âmbito do IFPI;
- Potencializar a articulação do Grêmio Estudantil com o objetivo de ampliar os espaços de participação e discussão colaborando para uma gestão democrática;
- Oportunizar ao público-alvo da política de assistência estudantil espaço para críticas e sugestões com vistas a propor melhorias na implementação dessa política.
- Promover ampliação de parcerias entre IFPI e empresas locais com vistas a oportunizar aumento da oferta de vagas de estágios objetivando absorver os conhecimentos técnicos dos estudantes.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa voltou-se a avaliar a eficácia do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social trazendo como foco o Benefício Permanente, previsto na Política de Assistência Estudantil implementada no IFPI.

A referida política no âmbito nacional se efetiva buscando viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de ações que buscam combater situações de repetência e evasão. Trata-se de um programa com ações seletivas e focais, uma vez que prioriza a permanência de estudantes oriundos da rede pública de educação ou com fragilidades socioeconômicas matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior incluindo os Institutos Federais.

A implementação do PNAES se consolida a partir do processo de democratização do acesso às universidades públicas como forma de atender as demandas estudantis provenientes das camadas populares, que até então tinham o acesso limitado às instituições públicas de ensino superior. Trata-se, portanto, de um instrumento de legitimação no campo dos direitos, sobretudo àqueles com hipossuficiência para garantir a permanência na educação superior.

As diferentes expressões da questão social surgidas no ambiente acadêmico manifestadas pela evasão em decorrência de insuficiência de recursos financeiros, incidência de reprovação, dentre outros, impulsionaram a formação de políticas garantidoras de permanência na educação, é nesta perspectiva que se consolida a assistência estudantil no Brasil.

O escopo dessa pesquisa foi avaliar se o Benefício Permanente, através de repasse financeiro, atinge seus objetivos, ou seja, se o benefício garante a permanência e o êxito escolar para estudantes que apresentam vulnerabilidade socioeconômica. Sabe-se que diversas são as causas da evasão e reprovação, constituindo-se, portanto, como fenômenos multifacetados, estando atrelados a aspectos individuais, internos ou externos às instituições, dessa maneira, faz-se necessário um conjunto de ações que possibilite a universalização do acesso e permanência com qualidade.

Além de avaliar a eficácia do PAEVS - Benefício Permanente no tocante à permanência e êxito acadêmico, esta pesquisa apresentou dois objetivos específicos, o primeiro destinou-se a realizar uma contextualização do processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPI e sua materialização no Campus Parnaíba-PI, e o segundo objetivo apresentou medidas institucionais para reduzir os índices de evasão e reprovação.

Desse modo, a pesquisa revelou que a maior parcela de estudantes contemplados com o Benefício Permanente é oriunda do nível médio da modalidade integrada, sugerindo, que este público se encontra em uma situação de desigualdade em relação aos demais estudantes matriculados em outros cursos, ensejando, desse modo, uma abordagem diferenciada.

Constata-se que o PAEVS – Benefício Permanente garante a permanência e êxito acadêmico, ou seja, os estudantes beneficiários apresentaram rendimento acadêmico satisfatório. Constatou-se que os índices de aprovação são maiores que os índices de reprovação e evasão, representando os seguintes percentuais: em 2015, 54,26% dos estudantes apresentaram êxito; em 2016, 51,61% foram aprovados; em 2017, houve um declínio nestas taxas, representando 29,03% e em 2018, o número de aprovações foi bastante expressivo, representado aproximadamente 71% de estudantes aprovados.

Com relação às taxas de evasão, observou-se uma flutuação, ou seja, os anos com índices elevados desse fenômeno foram observados em 2015 e 2016, representando 9,75% e 11,98% respectivamente. Já em 2017 a quantidade de estudantes que evadiram foram as menores desde a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPI no Campus Parnaíba, apenas 2,82% abandonaram a Instituição; e em 2018, observou-se um aumento dessas taxas, correspondendo a 7,84% de estudantes evadidos.

De acordo com o levantamento documental é possível destacar que os agentes motivadores da descontinuidade dos estudos na instituição podem estar atrelados ao movimento grevista dos servidores bem como relacionados aos fatores de ordem pessoal (falta de identificação com o curso, temor à incidência da reprovação, ingresso no mercado de trabalho). Logo, as causas de evasão no IFPI Campus Parnaíba estão associadas às questões subjetivas, não sendo, portanto, objeto de intervenção do

PAEVS, uma vez que esse é voltado para aqueles que se encontram na iminência de evadir em razão de condições socioeconômicas. A POLAE, através de seus programas e serviços prevê atendimento aos estudantes na sua complexidade frente às mais diversas necessidades, porém, por se respaldar em uma política pública ela apresenta limites e fragilidades, não alcançando, portanto, todas as demandas presentes no contexto acadêmico, dessa forma, o PAEVS constitui-se como uma tentativa institucional de garantir a permanência para aqueles com fragilidades socioeconômicas.

Com relação às taxas de reprovação, observou-se também uma variação. Em 2015, a taxa de reprovação foi de 18,29% e em 2016 essas taxas foram de 13,83%, observa-se um pequeno declínio desses índices em 2016, porém em 2017, estas taxas foram as maiores desde a implementação da POLAE no Campus Parnaíba, totalizando 23,38% dos casos, enquanto que em 2018 constatou-se uma redução, representando 15,68% de estudantes reprovados.

As taxas de reprovação entre estudantes beneficiários do Benefício Permanente são maiores que as taxas de evasão, sugere-se, um acompanhamento integral dos estudantes pela equipe interdisciplinar, identificando as principais dificuldades enfrentadas no ambiente educacional, e que sejam adotadas institucionalmente, medidas como forma de pacificar essas taxas. Neste contexto, pode-se inferir que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

A escolha do campus, o acesso ao acervo documental da instituição, bem como a delimitação do estudo (recorte temporal e escolha de apenas uma modalidade de ensino) possibilitou a viabilidade e execução da pesquisa, porém, alguns obstáculos surgiram no decorrer desta, ou seja, o detalhamento dos indicadores e a coleta de dados foram bastante prolongados e trabalhosos, tal fato se justifica por não haver um sistema de acompanhamento sistematizado, dessa forma, toda a coleta foi realizada de forma manual, outro obstáculo foi a não utilização de um software voltado para uma análise estatística com mais fidedignidade e consistência das amostras.

Sendo assim, recomenda-se ainda que outras pesquisas possam ser realizadas, sobretudo com a abordagem qualitativa no tocante ao acompanhamento e percepção do estudante beneficiário, apontando o sentido e significado que o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social tem para a

permanência e êxito acadêmico, pois percebeu-se que os dados obtidos não foram suficientes para responder todas as questões que surgiram ao longo da pesquisa.

Apreende-se que política de assistência ao educando no âmbito do IFPI precisa ter suas ações alargadas, uma vez que o contexto em que ela se legitima, bem como os sujeitos que dela necessita, inserem-se em lócus desprivilegiado, onde o discurso de crise é fortemente defendido. É necessário um maior envolvimento de todos os atores (gestores, docentes, discentes, comunidade externa, técnicos administrativos) com vistas a ampliar a concepção de assistência estudantil, direcionando o seu entendimento como espaço garantidor de direitos e não como mero repasse pecuniário.

Diante dessas reflexões, oportunizar igualdade de condições de acesso, permanência e êxito no percurso acadêmico para este público reflete também como um grande desafio onde requer um olhar investigativo, fundamentado numa postura crítica, pois se tratam de sujeitos que traz em si uma série de particularidades que estimulam a não conclusão do ensino, tendo a assistência estudantil através de repasse financeiro como uma única forma de prosseguir seus estudos. Assim, o PAEVS-Benefício Permanente é traduzido como algo benéfico para aqueles sem nenhum recurso, uma vez que este se consolida como instrumento de complementação de renda (utilizam para deslocamento, para adquirir alimentos, aquisição de materiais de apoio, dentre outras demandas estudantis).

Destarte, a implementação da política de assistência estudantil no âmbito do IFPI é relevante, uma vez que a referida política traz aspectos que dão suporte à permanência do estudante no espaço educacional, é necessária porque se traduz como mecanismo de visibilidade social, em que as “urgências” estudantis passam a ter resolutividade no cenário acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Erotides Romero Dantas. **Bullying e desempenho escolar**. Curitiba: CRV, 2019.

ALMEIDA, L. R. de. **Evasão Escolar no Ensino Médio**: um Diagnóstico da Escola pública Noturna do Rio Grande do Sul. Revista Internacional de Investigación em Ciencias Sociales, Asunción, v. 7, nº 2, p. 83-118. 2011. Semestral. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/riics/article/view/23/23>. Acesso em: 04 set. 2019.

ARAÚJO, Cristiane Ferreira de. **A evasão na educação Profissional de Nível Técnico**: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté de São Paulo. Taubaté: 2013.

ASSIS, et al. **As políticas de assistência estudantil**: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Florianópolis, v. 6, n4, p.125-146, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125/26220>>. Acesso em 22 jan.2020.

BARBOSA. Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da Residência Universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos sociais. São Paulo: Cortez, 2003.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT. Evaldo de Souza. **Políticas Públicas para a educação básica no Brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e projeto ético político do Serviço Social**: que direitos para qual cidadania? Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XXV, p. 108-132, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

_____. **Constituição Federal de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** 2007.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõem sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** 2010.

_____. Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019. **Dispõe sobre a Programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.** 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, 2001.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera os dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014b.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – MEC.** Brasília, DF: 2014a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, de 22 de novembro de 2013 que Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão.** Brasília-DF, 2013.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Assembleia Constituinte, 1988.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de junho de 2012.** Brasília, DF: 2012.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE).** Documento Final. MEC/SETEC/CONAE 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/2010/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da administração pública burocrática à gerencial.** Revista do Serviço Público, v. 120, n. 1, 1996.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. **Instituto Federal do Piauí- Campus Parnaíba: trajetória de hoje, memória do amanhã (2007-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2013.

CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade de Lavras.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Lavras. Lavras: UFLA, 2013.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão Pública Contemporânea: Do Movimento gerencialista ao Pós-NPM.** Brasília, IPEA, 2017.

CAVALCANTI, Rosangela Wojdela. **Avaliação da Eficácia do Programa de Auxílio Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba: UTFPR, 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência.** In. Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UNB, 2012.

DINIZ, K. et.al. **O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social como instrumento para o êxito acadêmico: uma experiência do IFPI – Campus Parnaíba.** VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 41, n.144, p.770-789, dez. 2011.

DRAIBE, Sonia. Brasil: **O sistema de proteção social e suas transformações recentes.** NEPP, Unicamp, Cepal, 1992.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>> Acesso em: 22 de jan. 2019.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.

FONTELE, Tereza Lucia Lima. **PROUNI: Uma reflexão sobre O. A voz de beneficiários do programa**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em políticas públicas e gestão da educação superior). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Org: ANDIFES. UFU, PROEX: 2012.

_____ – FONAPRACE. **I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Cenário de Exclusão escolar no Brasil, 2017**.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Políticas Públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens**. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 37. Rio de Janeiro, 2017.

_____ **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso: 20. Out.2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2010-2014**. Teresina, 2010.

_____ Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014. **Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI**. Conselho Superior/IFPI, Teresina, 2014.

_____ Resolução nº 07, de 27 de fevereiro de 2018. **Dispõe sobre a Organização Didática no âmbito do IFPI**. Conselho Superior/IFPI, 2018.

INSTITUTO GESTA - **Galeria de estudos e avaliação de iniciativas públicas**. Disponível em: <<http://gesta.org.br/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Repensando a escola: um estudo sobre os desafios de aprender, ler e escrever**. Brasília, 2007.

INSTITUTO UNIBANCO. **Boletim Aprendizagem em Foco, 2017.** Disponível em <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagememfoco/>>. Acesso em: 06 de fev. de 2019.

KINGDON, John W. **Como chega a hora de uma ideia?** KINGDON, J. https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/kingdon_1995_agendaformation.pdf.

KOWALSKY, Aline Vieiro. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: PUC, 2012.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. **Implementação de Política Pública de Assistência Estudantil nas IFES:** A perspectiva da efetividade e suas virtudes. Arequipa: XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria, 2016.

LONGO, Flávia Vitor. VIEIRA, Joice Melo. **Educação de mãe para o filho:** fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.141, pp.1051-1071. Epub July 24, 2017. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017162420>.

MARIZ, Suellem Dantas. **O Programa Nacional de revistatência Estudantil (PNAES):** Uma reflexão sobre sua implementação na UFPB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2014.

MARUM, Dulcinéa Janúncio. **Evasão escolar no ensino médio:** um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2008.

MATOS, Lenon Araújo de. **Permanência no Ensino Médio Profissional:** O caso do Instituto Federal Fluminense Campus Cabo Frio. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante:** um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2015.

MICHELOTTO, M.A. FREIRE, P.S. **Avaliação de Políticas de Assistência Estudantil na Educação Superior:** Uma revisão sistemática. 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis – SC, 2017.

MINCATO, Ramone. **Políticas públicas e sociais:** uma abordagem crítica e processual. In: Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências. Caxias do Sul: EducS, 2012.

MORIN, Edgar, 1921- **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEGREIROS, F.; SILVA, A. M. P. S.; LIMA, M.B.P. **Experiências educativas não exitosas: um estudo com discentes avaliando seu próprio processo de reprovação escolar.** Educação em Debate. v. 38, Fortaleza, 2016. Disponível em<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21276/1/2016_art_fnegreiros.pdf>. Acesso em setembro de 2019.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): a experiência no IFPI.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2016.

PAESE, Cláudia Regina; AGUIAR, Anne Adelle Gonçalves. **Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil.** Campo Mourão: Revista NUPEM, 2012.

PAES DE PAULA, A.P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.** CEPEAD-UFMG. Revista de Administração de Empresas, vol. 45, nº 1, 2005.

PEREIRA, H. et al. **Uma Perspectiva Crítica do Novo Regime Fiscal para a Dinâmica de Curto e Longo Prazo da Economia brasileira.** Revista de Economia do Centro-Oeste. Goiânia, v.3, n.1, pp. 51-69, 2017.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento. **Avaliação dos efeitos da Política Pública de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Teresina Central.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2017.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação superior no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, n 88, out. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2019.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da Política de Assistência estudantil em uma instituição de ensino Profissional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

RÊGO, Vilson Ribamar; RODRIGUES, Gerardo Antônio. **100 anos de uma escola centenária.** Teresina: IFPI, 2009.

RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; PEREIRA, José Roberto; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **As Reformas da Administração Pública Brasileira: uma Contextualização do seu Cenário, dos Entraves e das Novas Perspectivas.** XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** Rio de Janeiro: RAP, 2009.

SILVA, et al. **A relação entre Estado e Políticas Públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro.** Porto Alegre: Revista Debates, 2017.

SHIRAZU, Maitê Rimekká. **Determinantes da evasão e repetência escolar no Ceará.** Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade). Universidade Federal do Ceará: UFC, 2014.

SOUZA, et.al. **Fatores Associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil.** Repositório do Conhecimento do IPEA. Pesquisa e planejamento econômico. V.42, nº 01. 2012. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3335>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

SPOSATI, A. de O. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TANNO, Claudio Riyudi. **Novo Regime Fiscal constante da PEC nº 241/2016: Análise dos impactos no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Câmara dos Deputados – Estudo Técnico nº24/2016. Brasília, 2016.